

**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
DOM AVELAR BRANDÃO VILELA.**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Teotônio Vilela-AI, janeiro de 2023.



EMEF INTEGRAL DOM AVELAR BRANDÃO VILELA
COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM DE TODOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

2023.

PROFISSIONAIS COLABORADORES

PROFESSORES	ADMINISTRATIVO
Adnete Santos Silva	Amanda dos Santos Rodrigues
Alan Rafael da Silva	Ana Patrícia Vila Nova da Silva
Ana Lucia Martiniano da Silva	Anielle Alves de Lima
Ana Maria dos Santos	Aroldo Moura da Silva
Andreia dos Santos Frisão	Antônia Santos da Silva
Andrea Alves da Silva	Cleide Marques da Silva Tavares
Andressa Maria Bernadino da Silva	Claudio Araújo da Silva
Carlos Henrique Barbosa dos Santos	Cristina Clara dos Santos
Celenita Trindade Santos	Edenilza Souza dos Santos
Claudivan dos Santos Almeida	Edilza dos santos Lima
Claudia Barbosa de Souza	Eliana de Jesus Souza
Cornélio Juvêncio de Souza	Everton Inácio dos Santos
Cristiane Maria da Silva	Irene Oliveira da Silva Souza
Daiane Elias da Silva	Ivanilda Barbosa dos Santos Silva
Denise Inácio dos Santos	Joana D'arc Verçosa Rogerio da Silva
Debora Palmeira dos Santos	Jordão Tavares Ferreira
Dioclecio Leite da Silva	Josefa Célia da Silva Santos
Ediane da Silva Madeiro	Josinete Pereira da Silva Marcolino
Elizabeth Torres da Rocha	Lidiane da Silva Santana
Eliane Maria dos Santos	Luana Borges da Silva
Emanoela Soares dos Santos	Leila Cristina Amâncio de Azevedo
Felipe Vanildo da Silva	Maria Aparecida Ferreira da Silva
Francisco Benjamin dos santos	Marcela Batista de Souza
Francine Silvino Holanda Pimentel	Maria Taciane da Silva
Franck Renaldo Santos	Maria Lúcia Felix da Silva
Genival Barbosa	Maria Quitéria dos Santos
Gilson Cavalcante	Nilson Pereira da Silva
Giselma da Silva Gomes	Pedro Antônio de Souza Neto
Graciete Silva Rozendo	Roseane Maria dos santos Mendes
Helder Cesar Barbosa da Rocha Torres	Raissa de Almeida Santos
Isânia de Fatima Guedes da Silva	Rosimeire Pereira dos Santos
Isis Maria Paulino dos Santos	Simone Ferreira da Silva
Jaqueline Barbosa dos Santos	Sheyla Marina Santos de Barros
Jesivaldo Silva da Divíncula	Sirleide dos Santos
José Cassiano da Silva Filho	Tamires Balbino da Silva
José Dercy dos Santos	Tatiane Cristina da Silva Santos
José Lenilson Alves da Silva	Werica Suely Santos da Luz
José Maxsuel da Silva Moraes	Willian Gomes
José Neilson de França Silva	Wilma Barros Farias
José Sandro da Silva	Zenaide Santana Santos
José Santana dos Santos	
Josivaldo Marques dos Santos	
Larissa Farias Nunes da Silva	
Lidiane Maria de Lima	
Marcela dos Santos	
Maria Fabiana Lima dos Santos	
Maria Madalena dos Santos Ferreira	

<p>Marcia Liliane Amorim Acioli Guedes Marcia Roberta Lopes da Silva Maria Anunciada Freire da Silva Maria das Graças de oliveira Lima Vilela Maria Gisélia da Silva Gomes Maria Rejane Costa da Silva Maria Rosineide da Silva Marli Lima da Silva Santos Marlon Pereira Silva Niedja Tereza Pinto almeida Neumira dos Santos Silva Régia Maria Cavalcante Santos Rejane Nunes de Jesus Robson Firmino dos Santos Rosangela dos Santos Roseane Alves da Silva Rozileide Noberto Siandra da Silva Simone Cristina Silva Barbosa Valdemir da Silva Melo Veruska Fernanda Ferreira de Almeida Wbiratam Fernandes Barbosa Josefa Vanessa Murici Defensor</p>	
---	--

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06.
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	07.
2.1. Contextualização histórica, regularização e público escolar.....	07.
2.2. Perfil socioeconômico e cultural do público atendido.....	08.
2.3. Descrição da estrutura física- caracterização da área construída..	09.
3. INDICADORES DE QUALIDADE EDUCACIONAL.....	13.
4. RECURSOS E BENS PATRIMONIAIS.....	16.
4.1. Recursos financeiros.....	16.
4.2. Bens patrimoniais.....	16
5. CARACTERIZAÇÃO DAS ATAPAS, MODALIDADES E DIVERSIDADES DE ENSINO.....	17.
5.1. Finalidade.....	17.
5.2. Estrutura funcional.....	17.
5.3. Organização curricular.....	18.
5.3.1. Tempos e espaços de aprendizagem.....	18.
5.3.2. Ensino fundamental.....	19.
5.3.2.1. Ensino fundamental integral.....	22.
5.3.3. Educação de jovens e adultos- EJA.....	29.
5.3.4. Educação especial inclusiva.....	31.
5.3.5. Educação socioambiental.....	32.
5.3.6. Educação para relações étnico-raciais.....	32.
6. PRINCÍPIOS E VALORES.....	33.
7. MISSÃO.....	34.
8. VISÃO DE FUTURO.....	34.
9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	34.
10. METAS.....	35.
11. GESTÃO INSTITUCIONAL.....	36.
11.1. Gestão escolar democrática com foco em resultados.....	36.
11.2. Colegiados	39.
11.2.1. Colegiado gestor.....	39.
11.2.2. Conselho escolar.....	39.

11.2.3.	Conselho de classe.....	40.
11.2.4.	Grêmio estudantil.....	41.
11.3.	Outras articulações.....	42.
11.3.1.	Relação escola e família.....	42.
11.3.2.	Escola e parcerias.....	44.
11.4.	Estrutura organizacional e gestão-organograma.....	44.
12.	DIMENSÕES QUE ESTRUTURAM A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COM FOCO EM RESULTADOS.....	46.
12.1.	Gestão escolar democrática e participativa segundo Luck.....	46.
12.1.1.	Organização e monitoramento do calendário escolar.....	47.
12.1.2.	Administração de recursos financeiros e materiais e suas prestações de contas.....	47.
12.1.3.	Mobilização da comunidade.....	48.
12.1.4.	Articulação com os órgãos colegiados.....	49.
12.1.5.	Acesso, compartilhamento e uso dos indicadores oficiais da escola.....	49.
12.1.6.	Registro, atualização e organização da documentação da escola.....	50.
12.1.7.	Documentação da vida escolar dos estudantes.....	50.
12.1.8.	Comunicação institucional.....	51.
12.1.9.	Segurança institucional.....	51.
12.2.	Gestão administrativa.....	52.
12.2.1.	Defesa do patrimônio público.....	52.
12.2.2.	Levantamento e informe das condições da estrutura física da escola.....	53.
12.2.3.	Monitoramento da utilização de material, suprimento e demanda dos produtos.....	53.
12.2.4.	Gerenciamento do transporte escolar.....	54.
12.3.	Gestão estratégica de pessoas.....	54.
12.3.1.	Vida funcional dos servidores.....	54.
12.3.2.	Processo de avaliação de desempenho por competências...56.	
12.3.3.	Processo de avaliação especial de desempenho do estágio probatório.....	57.
12.4.	Gestão de ensino.....	57.

12.4.1.	Concepção de ensino e aprendizagem.....	57.
12.4.2.	Currículo escolar e desenvolvimento integral do sujeito.....	59.
12.4.3.	Formas de organização das vivências/conhecimento escolar.....	60.
12.4.4.	Os tempos e espaços do processo de ensino e aprendizagem.....	67.
12.4.5.	Laboratório de aprendizagem, laboratório de iniciação científica e atividades complementares em tempo integral.....	68.
12.4.6.	Organização institucional.....	69.
12.4.7.	Metodologia do ensino aplicada e utilizadas e forma de planejamento.....	71.
12.4.8.	Avaliação da aprendizagem concepção e metodologia.....	73.
12.4.9.	Diretrizes para escolha de material didático.....	82.
12.4.10.	Diretrizes para o processo de acompanhamento e monitoramento da aprendizagem.....	83.
12.4.11.	Diretrizes para o processo de acompanhamento e monitoramento da prática pedagógica.....	84.
12.4.12.	Diretrizes para formação dos servidores da instituição.....	85.
13.	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	86.
14.	PLANO DE AÇÃO.....	88.
15.	PLANTAS ARQUITETÔNICAS DA ESCOLA.....	114.
16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116.

APRESENTAÇÃO.

Esse documento, Projeto Político Pedagógico-PPP, contém orientações capazes de propiciar o sucesso da organização, planejamento, desenvolvimento e resultados das ações pedagógicas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral Dom Avelar Brandão Vilela, de modo a favorecer a melhoria da qualidade das atividades educativas, da inclusão escolar e social, da cultura e clima escolar, da aprendizagem dos alunos e da formação cidadã.

O processo de atualização do PPP ocorreu com a participação e colaboração da comunidade escolar, considerando-se uma educação dialógica, promotora da cidadania plena e formação integral do sujeito. A partir da realidade socioeducativa, estrutura física, recursos materiais, perfis dos profissionais, relações escola e família, indicadores educacionais, clima, cultura, características socioeconômicas e outros fatores do contexto da escola, foram definidos princípios, valores, missão, visão de futuro, objetivos e metas, há ainda, as concepções de gestão, avaliação institucional e da gestão democrática com foco em resultados.

Existe um plano de trabalho bianual, voltado à gestão educacional, à prática pedagógica e avaliação da aprendizagem, à formação continuada dos profissionais da escola e à infraestrutura e recursos pedagógicos.

IDENTIFICAÇÃO.

INSTITUIÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL DOM AVELAR BRANDÃO VILELA.

ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO: Avenida Maria Jeane Moreira Sampaio -S/N- Centro-Teotônio Vilela-Al.

INEP DA INSTITUIÇÃO: 27044297.

CNPJ: 019.131.67/0001-06

MANTENEDORA DA INSTITUIÇÃO: Secretaria Municipal de Educação de Teotônio Vilela-Al.

CONTATOS DA INSTITUIÇÃO:

E-mail 1: escola.27044297@educacaco.teotoniovilela.al.gov.br

E-mail 2: emefabvilela@hotmail.com

EQUIPE GESTORA:

Diretor Geral: Franck Renaldo Santos.

Diretor Adjunto: José Darcy dos Santos

Coordenadoras Pedagógicas:

Andréa Frasão da Silva

Lidiane Maria de Lima

Adnete Santos da Silva

Articuladoras da Aprendizagem:

Andrea Alves da Silva

Siandra da Silva

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Werica Suely Santos da Luz (Psicóloga)

Sheyla Marina Santos de Barros (Assistente Social)

SECRETÁRIO ESCOLAR:

Pedro Antônio de Souza Neto

1. INTRODUÇÃO.

O Projeto Político Pedagógico, PPP, é de fundamental importância para escola por nortear a gestão escolar, direcionando planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação dos processos de ensino e dos resultados das aprendizagens dos alunos. O mesmo define a identidade e a funcionalidade da escola, e ainda, por ser construído de forma participativa e colaborativa, melhora a qualidade do clima e cultura da instituição e da sociedade. Para Vasconcellos (2010, p. 169):

O projeto político-pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Além dessas significativas relevâncias para escola, o Projeto Político Pedagógico estará em conformidade com os fins e princípios da educação nacional, no que se refere, principalmente, os artigos 3º e 12º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB-Lei 9394/96, o artigo 205 da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC e o Referencial Curricular do Município/RCM - de Teotônio Vilela-AI. Os trabalhos administrativos e pedagógicos são desenvolvidos integrados de forma a priorizar e atender com eficiência as necessidades da comunidade escolar, fortalecendo a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e a formação integral do estudante.

A reformulação do Projeto Político Pedagógico inicia-se com o processo de divulgação de informações de modo a sensibilizar, mobilizar e motivar a comunidade escolar a participar da mesma. Na primeira reunião de trabalho foram socializados aspectos do atual PPP, as proposições da nova estrutura e formada democraticamente uma comissão constituída por representantes dos segmentos alunos, professores, funcionários administrativos e responsáveis de alunos. A comissão em conjunto com o núcleo gestor tem a função de gerir os trabalhos, organizando cronograma, definindo ações, atividades, responsáveis e período de execução das ações. Realizamos os encontros de trabalho, como previsto, com os segmentos da comunidade, sendo o último, a realização de seminários para socialização e validação do PPP.

O projeto político pedagógico em sua organização, estruturação e descrição contempla os aspectos da contextualização histórica e caracterização da instituição, os indicadores de qualidade educacional, os recursos financeiros, pedagógicos e bens patrimoniais, as caracterizações das etapas, modalidades e diversidades de ensino ofertadas, os princípios, os valores, a missão, a visão, os objetivos, as metas, a gestão institucional voltada à gestão escolar democrática com foco em resultados, a gestão administrativa, a gestão do ensino, a gestão estratégica de pessoas, a avaliação institucional e o plano de ação bianual.

O propósito é que o projeto político pedagógico conduza a comunidade escolar a ação-reflexão-ação, colaborando de forma eficaz para o progresso do ensino e aprendizagem, favorecendo o acesso, a permanência e o sucesso educacional, ocasionando resultados de qualidade e a formação integral dos alunos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

2.1. Contextualização histórica, regularização e público escolar.

A Escola foi construída em 1982 e recebeu o nome de Escola Municipal de 1º Grau João José Pereira, em homenagem ao Prefeito da cidade de Junqueiro-AI, mas iniciou suas atividades em 1983 na gestão do novo Prefeito, Geraldo Timóteo dos

Santos. Na época, a atual cidade de Teotônio Vilela era o povoado Feira Nova e pertencia ao Município de Junqueiro.

Inicialmente a estrutura da instituição contava com cinco salas de aula, funcionando nos turnos matutino e vespertino, atendendo de 1ª a 4ª série do 1º grau, tendo como diretora a senhora Sueli Pereira de Almeida. Para formação das turmas, a escola recebeu alunos vindos de extensões da Secretaria Municipal de Educação de Junqueiro, as quais funcionavam nas residências das professoras responsáveis residentes em Feira Nova, formando assim sua primeira comunidade escolar.

Em 1984 passou a funcionar com os turnos matutino, intermediário e vespertino, atendendo de 1ª a 4ª série e o noturno atendendo a demanda de 5ª a 8ª série, simultâneo à extensão do Colégio Divina Pastora da cidade de Junqueiro, o Curso de Magistério que recebeu o nome de Colégio Cenicista Nossa Senhora de Guadalupe. No ano seguinte, atendeu também a Educação Infantil nos turnos matutino e vespertino.

Em 1991, a escola passou a chamar-se Escola Municipal de 1º e 2º Graus Dom Avelar Brandão Vilela em homenagem ao Cardeal, irmão do então Senador Teotônio Brandão Vilela, proprietário da usina de cana de açúcar: Usina Reunidas Seresta, empresa que após instalada em nossa região provocou crescimento considerável na população do Povoado Feira Nova, contribuindo para o seu desmembramento do município de Junqueiro, surgindo o município de Teotônio Vilela.

O município de Teotônio Vilela- AL possui área de 299,1 km², população aproximada de 44.666 habitantes, desses, 84% estão na zona urbana (estimativa IBGE-2017), densidade demográfica de 104,8 pessoas/km², Índice de Desenvolvimento Humano-IDH - 0,564 (IBGE 2010), com atividade econômica concentrada no setor de usinagem da cana-de-açúcar e serviços, apresenta considerável fluxo migratório, sendo o segundo mais jovem do estado e o décimo quarto em população.

Atualmente, conforme Lei de criação 62/91 de 22/10/1991, a instituição está regularizada segundo o Processo nº 1.800-2535/99 – SEEI 346/03 – CEE, autorizada e credenciada pelo Parecer nº 003/2006 – CME e pela Resolução nº 001/2006 – CME, Teotônio Vilela-AL, publicado no D. O. E. de 06/07/2006. Em 2022, pela lei municipal 1.192 de 17/03/2022, passou a chamar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral Dom Avelar Brandão Vilela. A escola está localizada na principal avenida, Maria Jeane Moreira Sampaio, da cidade que é bastante movimentada com considerável

circulação de pessoas e veículos. Possui uma vizinhança praticamente residencial, servida de comércio nas proximidades, como padaria, farmácia, magazines, lojas de confecções, lojas de construção, dentre outros.

A escola atende apenas aos Anos Finais do Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano e à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 2º segmento. No diurno, existem 706 estudantes regularmente matriculados em Tempo Integral. Destes 361 são do sexo feminino e 345 do sexo masculino, compreendidos numa faixa etária de 11 a 15 anos, sendo 98,5% do total residentes na área urbana e advindos de diversos bairros. Os estudantes estão distribuídos em 21 turmas, com uma média de 33 alunos por turma. A distorção idade/série está em 7,8% (Censo Escolar 2021). Nesse contexto, há 28 educandos, com deficiência ou transtorno do desenvolvimento, em atendimento educacional especializado-AEE.

No noturno, existem 108 alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-EJA, esse público apresenta idade entre 15 e 70 anos, os estudantes possuem perfis bem diversos e a maioria são trabalhadores formais ou não formais.

2.2. Perfil socioeconômico e cultural do público atendido.

Os estudantes, em sua maioria, são oriundos de baixas classes socioeconômicas. As famílias têm como suas principais rendas recursos de programas sociais do governo ou de prestação de serviço informal e apresentam núcleo incompleto, os alunos ficam sempre aos cuidados apenas de um dos genitores ou de progenitores, ou ainda, de um parente como tio ou tia. Quanto ao nível de escolaridade dos responsáveis, variam desde os que possuem formação de ensino fundamental incompleto, inclusive analfabetos, e há aqueles com ensino superior.

A grande maioria da comunidade escolar tem acesso a informações extraescolares, através de tecnologias da informação e comunicação (jornal, rádio, tv e outras) e das tecnologias digitais da comunicação e informação (tablet, computador, celular, dentre outras). Usam redes sociais como facebook, instagram, whatsapp, twitter, youtube, entre outras. O principal vínculo religioso é o cristianismo, dividido entre católicos, em sua maioria, evangélicos, e outros de origem africana, como o candomblé. No aspecto cultural existem significativas diversidades de preferências musicais,

literárias, esportivas, culinárias, danças, festividades, artes, costumes e conhecimentos.

Os alunos apresentam diversos comportamentos disforme ao ambiente escolar e a carreira estudantil, podemos citar: acentuada dificuldade de convívio com outros alunos, agressividade, falta de foco no que está sendo lecionado, uso desnecessário do aparelho celular, ausência de organização e rotina de estudo, e, o agravante de uma importante parcela deles demonstrarem falta de entusiasmo em querer aprender, sem perspectivas/entendimentos claros das vantagens de frequentar a escola.

O corpo docente, incluído núcleo gestor, em sua maioria, é constituído por professores graduados, 77% com título de especialistas (lato ou stricto sensu), são 88% concursados, a maior parte deles residem em outros municípios, o grupo é mesclado com profissionais com bastante tempo de atuação e outros que iniciaram recentemente. Referente a suas expectativas, acreditam na causa e trabalham, também, por ela, que é, a aprendizagem, o sucesso e a felicidade dos alunos.

Os profissionais administrativos possuem escolaridade de ensino fundamental, ensino médio ou superior, a depender do cargo/função que ocupam, são a minoria concursados e a maioria residentes em nosso município. Segue o link para acesso ao quadro com informações atualizadas sobre os servidores (nome, vínculo, cargo, função, formação e carga horária): [QUADRO DE SERVIDORES](#).

2.3 Descrição da estrutura física - Caracterização da área construída.

No prédio escolar já aconteceram algumas reformas, a última, 2019/2020, modernizou os aspectos arquitetônicos, a dinâmica dos espaços e características do ambiente. O mesmo ficou mais organizado e aconchegante. A infraestrutura física está caracterizada conforme as descrições seguintes:

Tabela 01: Bloco Administrativo.

BLOCO ADMINISTRATIVO.		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Portaria	01	Ambiente de recepção, possui sistema de filmagem de ambientes externos e da frente da escola, mobílias e um banheiro destinado a funcionários.

Recepção	01	Destinada ao público que aguarda atendimento da secretaria, direção, coordenação e outros setores, possui jardim de inverno, é climatizada e atende vinte pessoas sentadas.
Secretaria Escolar	01	Ambiente destinado, principalmente, ao atendimento relacionado à vida escolar dos alunos, mobiliado conforme as necessidades do ambiente, climatizado, organizada para quatro funcionários, cada um, com acesso a um computador e internet. Há também, duas impressoras.
Arquivo Passivo	02	Organizados para guardar diversos documentos da escola, possuem prateleiras com as documentações organizadas em caixas arquivo/box.
Diretoria	01	Atende a dois diretores, cada um com acesso a um computador e internet, é climatizada, há impressora, móveis.
Sala de Reunião	01	Ambiente destinado para reunião, possui mobília, climatização e atende a 10 pessoas. Há sistema de som para comunicar-se com os demais ambientes da escola.
Coordenação Pedagógica	01	Organizada para os serviços de coordenação e articulação pedagógica, com mobília, climatização, projetada para quatro profissionais, cada um, com um computador e acesso à internet, há também uma impressora.
Sala de Professores	01	Ambiente climatizado, possui mobília, armário individual por professor, dois computadores com acesso à internet e uma copa.
Banheiros professores	02	Um masculino e um feminino, estão localizados dentro da sala dos professores, possuem sanitários, chuveiros, um lavatório de mão para ambos, e outros recursos.
Banheiro Funcionários Administrativo	02	Um masculino e um feminino, possuem sanitários, chuveiros, lavatório de mão, e outros recursos.
Corredor de Acesso administrativo	01	Nele Há dois ambientes de jardim de inverno e mural de avisos.

Fonte: escola

Tabela 02: Bloco Suporte Pedagógico.

BLOCO SUPORTE PEDAGÓGICO		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Laboratório de Ciências	01	Ambiente climatizado, projetado para atender 30 alunos, mas sua estrutura carece de bancadas, instalação de lavatório, materiais de laboratório e outros recursos- o espaço está sendo utilizado como sala de aula.
Laboratório de Informática/Robótica.	01	Ambiente climatizado, possui mobílias, 110 chromebooks, 2 notebooks, 3 impressoras, 3 equipamentos para carregamento de baterias e locomoção dos chromebooks no ambiente escolar. Há dois kits para atividades de robótica. O espaço está sendo utilizado como sala de aula.
Biblioteca Escolar	01	Ambiente projetado para atender 30 alunos, climatizada, possui mobílias, acervo bibliográfico, organizados em estantes. Há impressora e computador com acesso à internet para uso de funcionário.
Sala de Recurso	01	Destinada ao Atendimento Educacional Especializado (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação) Climatizada, possui mobília, uma impressora, um computador com acesso à internet, um jardim de inverno, jogos educativos, entre outros equipamentos/utensílios.

Tabela 03: Bloco Salas de Aula e Banheiro dos Alunos.

BLOCO SALAS DE AULA E BANHEIROS DE ALUNOS		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Sala de Aula	20	Projetadas para atender 35 alunos, são climatizadas, todas possuem: 1 computador com acesso à internet, 1 projetor de imagem, sistema de segurança com câmeras filmadoras, sistema de som, inclusive, com microfone, lousa de vidro, armário fechado, birô, cadeira giratória para professor, conjunto de mesa e cadeira para cada aluno.
Banheiro Alunos	02	Um masculino e um feminino, possuem cada um: 4 vasos sanitários, lavatório de mãos com 6 torneiras, 1 jardim de inverno integrado, espelho, 1 secador

		elétrico automático, entre outros recursos. No masculino há também 4 mictórios.
--	--	---

Fonte: escola

Tabela 04: Bloco de Serviço.

BLOCO DE SERVIÇOS		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Refeitório	01	Destinado a atender os estudantes durante as refeições escolares. Climatizado, possui capacidade para atender 400 pessoas sentadas.
Cozinha	01	Organizada com mobília, equipamentos, eletrodomésticos e utensílios para produção de alimentação escolar.
Depósito Alimentação Escolar	01	Destinado a armazenamento e conservação de alimentos.
Área de Serviço	01	Destinada a serviços de higiene e limpeza.
Almoxarifado	02	Destinado a guardar materiais da escola (limpeza, higiene, didático e outros)
Banheiro de Serviço	01	Destinado, principalmente, ao público de Auxiliar de Serviços Educacionais e Merendeira Escolar. Possui sanitário, chuveiro, lavatório de mãos.

Fonte: escola

Tabela 05: Pátios e Jardins.

PÁTIOS E JARDINS		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Pergolato	01	Encontra-se no pátio escolar, favorecendo o belo visual do ambiente.
Pátio Coberto	01	Área coberta do pátio, possui condições de desenvolver diversas atividades pedagógicas ou administrativas.
Anfiteatro	01	Localizado no pátio serve para realização de atividades como sarau, exposição literária e outras.
Jardins	02	Principal área verde da escola, favorece o visual e serve para exibição, cultivo e apreciação de plantas.

Corredores	---	Acesso aos diversos ambientes escolar, há neles coletores de lixo, bebedouros, sistema de segurança com câmeras filmadoras, murais e outros recursos.
------------	-----	---

Fonte: escola

Tabela 06: Quadra Poliesportiva.

QUADRA POLIESPORTIVA		
AMBIENTE	QUANTIDADES	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
Quadra poliesportiva	01	A quadra poliesportiva é coberta, fechada, possui arquibancadas projetadas para atender 300 pessoas, há 2 vestiários, cada um com 3 repartições, sendo um masculino e outro feminino.

Fonte: escola.

A quadra poliesportiva já passou por reformas, mas há necessidade de alguns reparos. Sua localização está a um quarteirão de distância do prédio escolar (cerca de 500 metros) causando alguns transtornos no deslocamento dos alunos para as atividades práticas de educação física. Temos uma praça em frente à quadra escolar, interligando o ginásio escolar e deixando o ambiente harmonioso.

3.INDICADORES DE QUALIDADE EDUCACIONAL.

Os indicadores de qualidade educacional são fundamentais para o direcionamento do trabalho escolar devido serem ferramentas de gestão capazes de gerar informações e funcionar como um conjunto de diretrizes específicas com o objetivo de alinhar princípios de participação e inclusão no ambiente educativo. Proporcionam as análises dos processos administrativos e pedagógicos, favorecendo a definição de metas e o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes e da escola.

Os indicadores têm possibilitado melhor entender as especificidades dos resultados: níveis dos alunos, das turmas e da escola, em quais matérias os alunos são bem-sucedidos, quais habilidades estão bem apuradas e o que ainda precisa ser aprimorado, a qualidade, a produtividade e a capacidade do serviço

oferecido pela escola, além de atribuir valor estatístico (evasão, proficiências, aprovação) à qualidade de ensino e direcionar o planejamento estratégico.

Vale ressaltar, que os Indicadores foram elaborados com base em elementos da qualidade da escola. Nesse contexto, nomeiam-se ainda, sete dimensões que devem ser consideradas como reflexo qualitativo da instituição: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, acesso e permanência dos alunos na escola, e, por fim, espaço físico escolar. Com base nessas dimensões, ao utilizar os indicadores da qualidade na educação na instituição, é possível promover a equidade, a inclusão, a efetividade e a eficiência do sistema educacional, com foco na promoção do aprendizado e desenvolvimento pleno dos estudantes.

Em nossa instituição os indicadores educacionais de aprovação, abandono/evasão, distorção idade/escolaridade e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB - e as proficiências de Língua Portuguesa e Matemática tem evoluído. A seguir, taxas de abandono/evasão, aprovação e reprovação da escola.

Tabela 07: Quadro Situacional - Ensino Regular.

ANO/ INDICADORES	MATRÍCULA	ABANDONO/EVASÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO
2019	789	0%	99,15%	0,85%
2020	725	0%	100%	0%
2021	778	0%	100%	0%
2022	730	0%	97,40%	2,60%

Fonte: Censo Escolar.

Tabela 08: Quadro Situacional - Abandono/evasão Educação de Jovens e Adultos-EJA.

ANO/ INDICADORES	MATRÍCULA	ABANDONO/EVASÃO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO
2019	339	10,57%	86,93%	2,5%
2020	353	3,24%	96,76	0%
2021	171	45,37%	54,63%	0%
2022	142	45,06%	54,94%	0%

Fonte: Censo Escolar

Nas turmas regulares a matrícula vem se reduzindo, contribuindo para a implantação do ensino integral, iniciado em 2022. A aprovação tem se mantido muito boa, mas em 2022, após pandemia, a reprovação cresceu 1,75 % comparado ao último ano antes da pandemia (2019). O abandono escolar se mantém com uma taxa excelente, nos últimos quatro anos é de 0%. Na EJA, os índices de aprovação e abandono/evasão precisam ser melhorados bastante. A aprovação no período 2019/2022 reduziu em 32% e a evasão é oscilante, em 2022 foi de 45,06%. A seguir, a taxa de distorção idade/escolaridade.

Tabela 09: Quadro situacional.

ANO/ INDICADORES	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	GERAL
2019	15%	15%	17%	5%	13%
2020	11%	10%	10%	9%	10%
2021	10%	9%	10%	2,2%	7,8%
2022	6%	7%	6%	5,8%	6,2%

Fonte: Censo Escolar

No período de 2019 a 2022 os índices de distorção idade/escolaridade tem-se reduzido ano a ano, a variação foi de menos 6,8 %, correspondendo uma média de redução de 1,7% por ano. Registrando em 2022, taxa de 6,2 %.

A seguir, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB - e Proficiências na Prova Brasil de Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 10: Quadro situacional.

ANO/ INDICADORES	IDEB e Proficiências de Língua Portuguesa e Matemática			
	PROFICIENCIA		META IDEB PROJETADA	IDEB OBSERVADO
	Língua Portuguesa	Matemática		
2013	205,52	205,13	3.2	2,7
2015	240,41	242,58	3.6	4,5
2017	-----	-----	3.9	-----
2019	290,46	317,08	4.2	6.7
2021	292,71	297,17	4.4	6.5

Fonte: INEP.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no período de 2013/2021 cresceu 3.9 pontos, correspondendo a um aumento de 150%, superando as metas projetadas pelo INEP em 2.1 pontos ou 48%. O melhor IDEB foi registrado no ano de 2019, 6.7 pontos. Em 2021, o IDEB reduziu 0,2 pontos, cerca de 3%. As evoluções dos resultados são frutos dos crescimentos das proficiências de Língua Portuguesa e Matemática, sinalizando avanços nas aprendizagens dos alunos.

4.RECURSOS E BENS PATRIMONIAIS.

4.1. Recursos financeiros.

A Escola utiliza recursos advindos da Secretaria Municipal de Educação de Teotônio Vilela-AI e de programas das esferas estadual ou federal, são exemplos, Programa da Alimentação Escolar- PNAE - Programa Nacional do Transporte Escolar- PNATE - Programa Nacional do Livro Didático-PNLD- Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE, dentre outros. O PDDE é o principal recurso da manutenção do funcionamento do cotidiano escolar, pois possibilita aquisição de materiais de custeio:

didáticos, expediente administrativo, higiene, limpeza, esportivo, utensílios de cozinha, dentre outros, e capital: mobílias, eletrodomésticos, informática, entre outros.

4.2. Bens patrimoniais.

Os bens patrimoniais da escola em sua grande maioria foram adquiridos recentemente e encontram-se em bom ou excelente estado de conservação, estão patrimoniados. Segue o link de acesso ao inventário patrimonial da escola: [Inventário Patrimonial da Escola](#). A respeito dos recursos pedagógicos de custeio existem muitos deles suficientes para as demandas da escola, mas há carência de jogos educativos, materiais de laboratório de ciências, robótica e outros.

O acervo bibliográfico apesar de apresentar boa diversidade de títulos, e mesmo alguns desses, a minoria, existindo as quantidades de exemplares suficientes para atender a comunidade escolar, ainda há, necessidades de complementação, novos títulos e mais livros dos títulos existentes. Segue o link de acesso a planilha com informações do acervo bibliográfico da escola: [Acervo bibliográfico](#).

5. CARACTERIZAÇÃO DAS ETAPAS, MODALIDADES E DIVERSIDADES DE ENSINO.

5.1. Finalidade.

Em nossa instituição a organização e desenvolvimento das atividades de ensino estão ligadas à etapa do ensino fundamental - anos finais, considerando as modalidades regular em tempo integral e educação de jovens e adultos-EJA- e suas diversidades de ensino, conforme as normas legais vigentes. As práticas pedagógicas consideram como princípio básico a necessidade de assegurar, de forma equânime, uma aprendizagem significativa para todos, proporcionando-lhes uma educação pública com qualidade social.

Nessa perspectiva, o currículo escolar organiza-se a partir da Base Nacional Comum, que cuida da formação geral do sujeito, através da inter-relação entre os saberes oriundos das diferentes áreas do conhecimento e, também, de uma parte diversificada, integrada à formação geral, que corresponde aos saberes relativos aos aspectos sociopolíticos- econômico-culturais e regionais do município, contemplando as peculiaridades dos diferentes territórios onde está situada a comunidade escolar.

5.2. Estrutura funcional.

No diurno, a escola oferta os anos finais do ensino fundamental em tempo integral. A matriz curricular está estruturada com uma carga horária semanal de 35 horas, assim distribuídas: 21 horas destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC- e 14 horas destinadas aos componentes curriculares da parte diversificada.

As aulas estão distribuídas diariamente em sete tempos de uma hora, quatro no matutino e três no vespertino. Os intervalos acontecem após a segunda e sexta aula com duração de 20 minutos para lanche e recreação, e no final da quarta aula, um intervalo de 50 minutos para o almoço. No noturno, ofertamos a EJA com carga horária de 21 horas semanais, sendo 19 horas voltadas às disciplinas da BNCC e 2 a disciplina profissionalizante. As aulas são em quatro turnos de uma hora com intervalo de 10 minutos após a segunda aula, sendo uma aula prática de Educação Física realizada em contraturno.

5.3. Organização curricular.

5.3.1. Tempos e espaços de aprendizagem:

O tempo e o espaço são fundamentais para a garantia efetiva da organização das atividades curriculares, pois deles dependem os trabalhos do docente, inclusive afetam a concepção e produção pedagógica e interferem diretamente na construção da autonomia. Segundo Zabala:

As formas de utilizar o espaço e o tempo são duas variáveis que, apesar de não serem as mais destacadas, têm uma influência crucial na determinação das diferentes formas de intervenção pedagógica. As características físicas da escola, das aulas, a distribuição dos alunos na classe e o uso flexível ou rígido dos horários são fatores que não apenas configuram e condicionam o ensino; com ao mesmo tempo transmite e veicula determinados valores: estéticos, de saúde, de gêneros, etc. São muitas as horas que os alunos passam num espaço concreto e com o ritmo temporal que pode ser mais ou menos favorável para a sua formação (1998, p.130)

Desta forma, faz-se necessário estabelecer a rotina diária da escola, pois é importante a organização do tempo para que as atividades aconteçam dentro do cronograma escolar. Isso quer dizer que se a escola valoriza o tempo e espaço, ela está trabalhando o conhecimento de forma sistematizada. Segundo o Referencial

Referencial Curricular de Teotônio Vilela-Al, (2020):

O bom uso que se faz nos tempos e espaços disponíveis na escola é determinante para a construção das habilidades a desenvolver, e nesse sentido a escola precisa valorizar tanto seus tempos quanto seus espaços e não um em detrimento do outro. (p.90).

É necessário o aproveitamento de todos os espaços da escola para o ensino aprendizagem, como: pátio, biblioteca, laboratórios, sala multifuncionais, quadra poliesportiva, entre outros. Outra forma de organização são as salas temáticas, ambientação de sala com uma maior diversidade de recursos e materiais pedagógicos para o enriquecimento e desenvolvimento das atividades docentes. Ressaltamos que o espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo necessário propor atividades que ocorram fora dela, centro cultural, praças, entorno da escola, comunidades, reservas naturais, e demais espaços que propiciem aprendizagem.

Assim, considerando o tempo como variável que interfere na construção da autonomia, permite ao professor criar situações em que o aluno possa progressivamente controlar a realização das atividades. Por isso, são importantes as atividades em que o professor seja somente um orientador do trabalho, usando a metodologia ativa, cabendo aos alunos o planejamento e a execução, o que os levará a decidir e vivenciar o resultado de suas decisões sobre o uso do tempo. Nesse processo devemos explorar o que há de melhor em cada um, seja no âmbito social ou cultural, pois todos já trazem para a escola uma bagagem de conhecimento, unificando o que se trouxe de fora e o que aprendeu na escola, ou seja, um espaço completa o outro.

5.3.2. Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental é a etapa de instrução mais longa da Educação Básica na qual o estudante passa, cerca de 9 anos de duração, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 14 anos de idade. É nesse período que os alunos passam por uma série de mudanças relacionadas aos aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e emocionais. Esses aspectos apresentam grande colaboração no processo de aprendizagem, e devem ser considerados na elaboração do currículo escolar, de forma que os estudantes possam superar os diversos desafios nas duas fases que subdividem o Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano, que compreende um período de quatro anos de duração, contempla a faixa etária entre 11 a 14 anos de idade

que, também de acordo como a BNCC, representam a fase de consolidação e ampliação dos conhecimentos científicos e do fortalecimento da autonomia dos estudantes.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que, a transição entre as duas fases do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais – também é indispensável à continuidade do desenvolvimento integral do estudante. Visto que, os anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano – são considerados como período de consolidação e sistematização dos conceitos científicos previstos para essa etapa de ensino, a partir do uso das diferentes linguagens como meio para representação, comunicação e, principalmente, interação nos diversos contextos sociais.

Essa transição caracteriza-se por mudanças pedagógicas significativas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010:

(...) os estudantes, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais. (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, é preciso compreender que, para cada ano do ensino fundamental, há expectativas de aprendizagem, as quais devem ser estabelecidas em função da formação humana desejada, das características dos processos de desenvolvimento e das necessidades de aprendizagem dos estudantes e, a partir dessa perspectiva, deve-se planejar e organizar o trabalho pedagógico, sem perder de vista o contexto histórico-social no qual o sujeito está inserido.

Para garantir a diversidade na organização do conhecimento no currículo escolar do Ensino Fundamental a LDB, nº 9.394/96 estabelece uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada do currículo, sendo que base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos, como determina o seu Art. 26:

Os currículos do Ensino Fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (LDB, no 9.394/96, Art. 26).

Fica explícito que os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, estaduais,

municipais e dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas e que, tanto na Base Nacional Comum, quanto na Parte Diversificada, os conteúdos devem ter, ainda, origem nas disciplinas científicas e se articular com as suas respectivas áreas do conhecimento. Isto posto, a Resolução CNE/CP no 02, de 22 de dezembro de 2017 estabelece que, no Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum está organizada em Áreas do Conhecimento, com as suas respectivas competências, a saber:

I. Linguagens - compreende os componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, e Língua Inglesa no Ensino Fundamental - Anos Finais. Com o objetivo de “possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagens diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil” (BNCC/2017).

II. Matemática – compreende apenas o componente curricular Matemática, tendo como objetivo “a capacidade de identificar oportunidades de utilização da matemática para resolver problemas, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las segundo os contextos das situações”, desenvolvendo o letramento matemático (BNCC/2017).

III. Ciências da Natureza – contempla o componente curricular Ciências Naturais e “tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), [...] por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, possibilitar que os estudantes tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum” (BNCC/2017).

IV. Ciências Humanas – constituída pelos componentes curriculares de História e Geografia, de acordo com a BNCC tem como objetivo estimular os estudantes a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, favorecendo o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, tornando-os aptos a uma intervenção mais responsável no mundo em que vivem.

V. Ensino Religioso – composta pela disciplina de Ensino Religioso, única dessa área de conhecimento; deve tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, abordando esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. O Ensino Religioso busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.

Nesse contexto, considera-se que o Ensino Fundamental cumpre a sua finalidade na formação do cidadão para o exercício da cidadania. Conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu Art. 32:

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Com base nessas finalidades, o Ensino Fundamental representa uma oportunidade de desenvolvimento integral do indivíduo, tendo a escola o desafio de inserir a instrução e tornar a aprendizagem mais significativa para todos. Visto que o desenvolvimento geral do indivíduo contempla para além das suas potencialidades genéticas, mas, sobretudo, as capacidades socioafetivas, motoras e cognitivas, durante as várias fases da vida. Para tanto, faz-se necessário explicitar a estrutura oficial do Ensino Fundamental que acolhe os diferentes públicos, tendo como uma de suas finalidades considerar as especificidades do público atendido.

5.3.2.1. Ensino Fundamental integral.

A escola como espaço de formação integral do sujeito.

De acordo com o Referencial Curricular de Teotônio Vilela-Al (2020) educação integral pode ser compreendida como uma educação que garante o desenvolvimento integral do sujeito em suas dimensões formativas intelectual, física, emocional, social e cultural. Nesta perspectiva, a formação integral da criança, dos adolescentes, dos jovens e adultos é concebida como um compromisso não só da instituição, mas de todos os agentes envolvidos no processo formativo do estudante.

E dentro deste conceito de educação integral, a Educação em Tempo Integral refere-se aos sistemas de ensino que trazem em sua organização curricular a ampliação da jornada escolar de seus estudantes, com duração igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o período letivo, considerando os tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem, tanto no turno ou contraturno escolar, com um currículo em que não haja separação entre períodos, mas que o desenvolvimento do conhecimento esteja articulado com os diversos saberes e experiências do sujeito.

Na perspectiva de educação integral com ou sem ampliação da jornada escolar está fundamentada nos seguintes marcos legais:

Constituição Federal do Brasil – 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, edição atualizada até março de 2017.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 34º. § 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (LDB, 2017, p. 8-24).

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – DCN, Art. 36: Considera-se como período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - “Art. 53º:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 59º. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (ECA, 1990, p. 43-45).

E ainda, a Meta 6 do Plano Nacional de Educação:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) estudantes (as) da educação básica. (PNE, 2014).

Nesse contexto, é função da educação promover o pleno desenvolvimento integral dos sujeitos, reconhecendo como direito de cada um sua formação integral,

construindo de forma coletiva e articulada com a instituição e com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, bem como espaços públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, museus, teatros, cinemas, quadras esportivas, entre outros, a partir da interação com as múltiplas linguagens, recursos, saberes e agentes educativos, tendo o compromisso de formar sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

O Centro de Referência em Educação Integral evidencia a importância da educação integral quando afirma que é:

Uma proposta contemporânea porque está alinhada às demandas do século XXI e que tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo. É inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas. É uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica. Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais. (educacaointegral.org.br).

Nesse âmbito, a escola em seu arranjo educativo, torna-se um espaço essencial para assegurar ao estudante uma formação integral, assumindo o papel de promotora e articuladora das diversas experiências educativas que os estudantes podem viver nos espaços escolares e nos territórios de aprendizagem, sendo de fundamental importância pensar num currículo onde não haja fragmentação entre áreas, disciplinas ou períodos, mas sim, que seja estruturado com uma dimensão integral do conhecimento a ser produzido.

Currículo escolar e desenvolvimento integral.

Ressignificar o currículo escolar é fundamental quando se pretende compreender a finalidade da escola. Neste campo deve-se levar em consideração que a palavra currículo se associa a distintas concepções, de acordo com as diversas maneiras de como a educação é concebida historicamente.

Apresenta-se aqui o currículo como a manifestação de todas as ações da escola, ou seja, suas intenções político-pedagógicas. Um currículo construído com base na realidade de sua comunidade escolar e nos territórios de aprendizagem ^[1] e expresso

em atitudes coletivas com vistas à construção do conhecimento. Nesse sentido, o currículo deve representar de forma clara as intencionalidades pedagógicas da instituição de ensino, e, nessa perspectiva, a formação escolar e a formação humana são elementos intrínsecos, visto que, a formação humana é um processo integral, onde acontece o tempo inteiro e em todos os espaços, tornando-nos sujeitos históricos e sociais.

O conceito de currículo aqui proposto estrutura-se numa perspectiva de educação integral, contemplando o desenvolvimento de todas as potencialidades dos sujeitos, em seus processos formativos, considerando não apenas o aspecto intelectual, mas também afetivo, físico, social e cultural, levando em consideração a ampliação de tempos, espaços e todos os envolvidos no processo.

Pensando nesse desenvolvimento integral, destaca-se também a utilização do território onde residem os estudantes como espaço de aprendizagem. Estes territórios de aprendizagem são espaços geradores de conhecimento e experiências. Nestes, os estudantes brincam, interagem, refletem e registram seus significados através das diversas linguagens.

Com base em pesquisas teóricas e experiências nacionais e internacionais, os pesquisadores do Centro de Referência em Educação Integral [2] estruturam sete pontos que organizam a discussão de territórios educativos, seja para a educação infantil, fundamental e para jovens e adultos.

1. Oportunidade para conhecer e reconhecer o território – Conhecer o lugar em que vivem é fundamental para que os sujeitos se entendam e a suas próprias histórias, ajudando-os a construir sua identidade.

2. Construção de sentido para a aprendizagem – A utilização do território como espaço de aprendizagem ajuda os estudantes a construírem sentido para o aprender a partir de vivências e práticas culturais concretas.

3. Vivência da Cidadania – A realização da vida em sociedade acontece nessa dimensão de tempo e de espaço que chamamos território. É nele que as distinções culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem.

4. Valorização da cultura e do conhecimento popular – Quando a escola em sua proposta pedagógica estabelece um diálogo com os saberes das famílias e comunidades, contribui para a efetivação de um currículo que valoriza a cultura e o conhecimento popular tanto quanto os conhecimentos acadêmicos historicamente sistematizados pela humanidade.

5. Outros modos de aprender – A escola tem práticas reguladoras que estão impressas em seu espaço e em suas dinâmicas. A forma de distribuição das cadeiras, a posição espacial do professor na sala educativa, os limites físicos do espaço, as regras de barulho ou silêncio são exemplos de como cada unidade ensina os estudantes a se controlarem e controlarem seus corpos para que se adaptem às regras.

6. Direito ao espaço – Quando a escola intencionalmente se propõe a ocupar o espaço público juntamente com as crianças e jovens, está lhes garantindo o direito que têm à cidade, reparando, ainda que de forma insuficiente, injustiças historicamente construídas.

7. Transformação do Território – Paralelamente, a circulação das crianças e jovens pelos espaços gera demandas que precisam ser observadas tanto pelo poder público quanto pelos moradores e pelas próprias instituições de ensino: sinalização de trânsito, calçadas, retirada de entulhos, entre outros.

Em se tratando do currículo do ensino fundamental, as instituições de ensino, seja de tempo parcial ou integral, devem ter clara a intencionalidade pedagógica compondo um planejamento integrado que defina objetivos e metas de aprendizagem.

Dessa forma, as instituições de tempo integral devem estabelecer a interrelação entre as atividades curriculares da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as atividades complementares, não havendo a separação de turno e contraturno.

Outro arranjo curricular que contribui para a integralizar a aprendizagem dos conteúdos oriundos do currículo convencional e complementar é a organização dos espaços/salas de aula em Salas Temáticas, que se constituem como ambientes escolares mais dinâmicos e integradores.

As Salas Temáticas consistem em espaços organizados com recursos e materiais pedagógicos específicos para determinada área do conhecimento, componente curricular e/ou atividades complementares. Nesta organização os discentes, se possível, deslocam-se entre as salas e não o professor, possibilitando assim, a interação com uma maior diversidade de recursos e materiais necessários para a construção do conhecimento.

Com base no exposto, fica evidenciado que a implementação da educação em tempo Integral exige um redesenho curricular, a reorientação do processo de ensino e aprendizagem, onde os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e os componentes curriculares oriundos das outras formas de organização curricular sejam desenvolvidas, de forma integralizada, nos dois turnos, dentro ou fora do espaço escolar, envolvendo as experiências educativas desenvolvidas na comunidade e pela cidade, articulando e promovendo o diálogo e a integração entre os conteúdos.

Nessa perspectiva, os currículos das instituições de ensino devem estar orientados por princípios que consideram a realidade social e a utilizam como elemento norteador para a construção de novas possibilidades de conhecimento como bem expressam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica por meio da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 em seu Art. 13:

§ 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em

cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não formais.

§ 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos. (DCNGEB, 2010, p.4).

Com base nesses princípios, podemos considerar que o conceito de currículo aqui apresentado norteia a elaboração da proposta pedagógica de nossa instituição, possibilitando o aprofundamento do conhecimento dos estudantes, relacionando as experiências, conteúdos escolares e a prática social, de maneira que os mesmos façam uso do conhecimento científico para aprimorar e ampliar sua compreensão e intervenção na realidade em que está inserido.

Alinhada a estes princípios, a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular traz dez Competências Gerais para a Educação Básica que devem ser desenvolvidas pelos estudantes através de aprendizagens essenciais para seu pleno desenvolvimento, tais competências são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidário. (CNE/CP, 2017, p. 4-5).

As Competências Gerais inter-relacionam-se e desdobram-se nas etapas, modalidades e diversidades da Educação Básica instituídas na rede municipal de ensino do município de Teotônio Vilela e ofertada por nossa escola, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores numa perspectiva de formação integral do sujeito.

[1] Conforme o RCM-Teotônio Vilela-AL. Entendido aqui como os diversos espaços tais como: praças, museus, clubes, igrejas, quadras esportivas, associações, rua, entre outros, onde tornam-se território de ensino e aprendizagem, ampliando o leque de oportunidades formativas, conteúdos e saberes a serem compartilhados.

[2] Conforme o RCM-Teotônio Vilela-AL. Disponível em: educacao.integral.org.br.

5.3.3. Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade da Educação Básica deve garantir meios que oportunizem aos adolescentes, jovens, adultos e idosos que não concluíram a escolarização na idade própria. Como obrigação do poder público e direito subjetivo do estudante, a EJA está garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 da seguinte forma:

Art. 37. *A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.*

§ 1º *Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.*

§ 2º *O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.*

§ 3º *A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.*

Com a efetivação desses direitos percebe-se que serão respeitados os princípios de igualdade, oportunizando o desenvolvimento global sem discriminação, como afirma a Resolução do CNE/CEB no 01/2000 que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos em seu artigo 5º. Segue link de acesso: [Resolução do CNE/CEB nº 01/2000, artigo nº 5.](#)

Na perspectiva de assegurar esse direito, a modalidade EJA em nossa escola está organizada por períodos semestrais, cada semestre corresponde a um período/ano de escolaridade. A convenção e legitimação de um semestre por um ano cursado pelo estudante proporciona a flexibilização do tempo do educando na escola, a reorganização do tempo do educador e da carga horária anual da EJA como um todo.

É importante ressaltar que os estudantes que estiverem matriculados no 9º período e simultaneamente completarem 18 (dezoito) anos ainda no primeiro semestre, deverão permanecer no mesmo período letivo não podendo, portanto, matricular-se no Ensino Médio na modalidade EJA, em obediência à Resolução do CME no 03 de 2010 que determina:

Art. 6o *Observado o disposto no artigo 4o, inciso VII, da Lei no 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio e inscrição e realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Médio é 18 (dezoito) anos completos.*

Em atendimento às peculiaridades e interesses do público a que se destina a EJA, e em cumprimento ao que prescreve o Art. 37 da LDB 9.394/96, no seu §3o, já mencionados, a rede municipal de ensino de Teotônio Vilela, implantou a partir do ano de 2018, a EJA integrada à Educação Profissional. Essa integração dar-se-á a partir da organização e desenvolvimento da prática pedagógica por áreas do conhecimento (Linguagens; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Matemática e Ensino Religioso) e da articulação com as disciplinas da qualificação profissional, oriundas das áreas profissionais, A Gestão e Comércio e Informática.

Diante do exposto, vale destacar a importância de trabalhar um currículo que contemple os eixos de cidadania e trabalho, favorecendo a autonomia e a compreensão crítica da sociedade atual, possibilitando a construção de novos conhecimentos, relações humanas na vida e no trabalho em consonância com Resolução CME nº 03, de 17 de novembro de 2015:

Art. 8o. *O currículo da Educação de Jovens e Adultos deverá ter a pluralidade sociocultural dos estudantes como ponto de partida, assegurando a todos o direito aos conhecimentos sócio-históricos e científicos construídos pela humanidade, mediante a garantia de:*

I - Distribuição e adequação dos conteúdos curriculares, considerando a especificação das diferentes áreas e características dos educandos;

II - Flexibilidade de forma a atender tanto às realidades específicas da demanda, como na organização do trabalho pedagógico que envolva a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;

III - Conteúdos significativos que permitam o crescimento pessoal e a inserção no contexto sociocultural e profissional.

Partindo deste pressuposto, necessita-se refletir sobre um currículo que atenda e respeite as especificidades dessa modalidade de ensino, cujo conhecimento deve ser concebido a partir de uma construção social fundada na interação entre teoria e prática, de modo que o processo de ensino-aprendizagem seja um meio para ampliação dos saberes, respeito à diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular.

5.3.4. Educação Especial e Inclusiva.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.396/96 define a Educação Especial em seu art. 58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Para assegurar a oferta dessa modalidade de ensino a LDB em seu art. 58 fortalece esse atendimento:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida.

Para que esse atendimento seja ofertado também é necessário propor meios para a permanência do aluno com deficiência. Nesse sentido, seguiremos as premissas e orientações da resolução do CME-Teotônio Vilela de nº 07/2010.

Art. 41 *O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade nas classes comuns de ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.*

Ainda no art. 42 no parágrafo único, reforçam essas adequações: O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contraturno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com o plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

Trabalharemos considerando que a educação inclusiva pode agir como um indicador para mudanças na nossa prática educacional, conduzindo a uma qualidade melhorada da educação, possibilitando incluir estudantes deficientes e os professores desenvolverem metodologias de ensino ativo, mais favorecedoras de atender as especificidades dos estudantes: Lei Brasileira da Inclusão.

5.3.5 Educação Socioambiental.

O desenvolvimento do trabalho educativo de caráter socioambiental em nossa instituição será pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular de Teotônio Vilela-Al (2020) e nas legislações vigentes, fomentando o conceito de aprendizagem social como um processo que tenta responder aos desafios da sustentabilidade e integração das interfaces da gestão ambiental participativa. Isso pressupõe a contribuição das diversas áreas de conhecimentos, numa abordagem metodológica multirreferencial e interdisciplinar para a compreensão das interfaces e abrangência do campo educativo-ambiental.

A execução das atividades pedagógicas ligadas ao campo educativo-ambiental, além do trabalho de cunho interdisciplinar e transdisciplinar, será ofertada no componente curricular de atividade complementar Educação Socioambiental. O desenvolvimento curricular será por meio de estratégias promotoras da reflexão crítica, da democracia participativa e da construção de projetos de intervenção coletivos, mediando experiências dos diferentes sujeitos protagonistas de saberes e fazeres locais, baseado em valores e práticas sustentáveis independente das temáticas trabalhadas (água, produtividade, consumo, energia e ou qualquer outra).

5.3.4. Educação para as Relações Étnico- Raciais.

A educação para as relações étnico-raciais será desenvolvida conforme preconiza a legislação, em especial, seguindo as orientações da lei 10.639/2003, do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e a resolução CNE/CP 01/2004 que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados e o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os processos educativos e pedagógicos se efetivaram considerando ações de atendimento direto à demanda da população afrodescendente, voltadas as políticas de reparações, reconhecimento e valorização da história do povo negro, cultura e identidade associadas ao contexto de aprendizagem escolar. A proposição e trabalho do conteúdo curricular terão abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, reformulando e ressignificando o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, inclusive, combatendo ao racismo e às violências de caráter epistemológico.

A educação para as relações étnico-raciais que cumpre com seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens, e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e de dominação (GOMES, 2013, p. 83).

O trabalho da educação das relações étnico-raciais se dará compreendendo o espaço escolar e as produções coletivas e colaborativas, favorecendo a construção de conhecimentos contextualizados e interseccionados, para potencializar os diálogos interdisciplinar e transdisciplinares que promovam uma educação antirracista, de valorização, efetivação da história e cultura africana e afro-brasileira a qual contribui para a formação humanística, a compreensão das relações sociais e o enfrentamento das desigualdades.

6. PRINCÍPIOS E VALORES

Acreditamos que:

- O ser humano desenvolve aprendizagens através da interação com outros sujeitos, o ambiente e os objetos de conhecimento;
- A escola é espaço de formação integral do ser humano;
- Uma escola deve desenvolver a autonomia intelectual e formar pessoas capazes de pensar por si próprias;
- Temos responsabilidade, comprometimento, profissionalismo, cooperação e solidariedade.

7. MISSÃO.

Promover educação de excelência, com trabalho dinâmico, inclusivo e integrador, oportunizando uma educação alicerçada nos desenvolvimentos de valores humanísticos e éticos.

8. VISÃO DE FUTURO.

Sermos referência educacional, sempre reafirmando nossos valores na construção de uma história de responsabilidade, impulsionando os estudantes para uma aprendizagem efetiva e significativa, através de ações de educação integral humanizada voltada à formação cidadã.

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO GERAL.

Continuar produzindo vivências e processos de ensino capazes de otimizar as aprendizagens dos alunos e resultados da escola, favorecendo a qualidade da gestão, o trabalho colaborativo e a formação integral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

- Promover a formação integral;
- Reorganizar processos pedagógicos e administrativos de modo a proporcionar a melhoria do funcionamento escolar em tempo integral;
- Continuar estruturando e equipando a escola voltada para a tematização dos ambientes escolares e o funcionamento em tempo integral;

- Desenvolver projetos pedagógicos capazes de melhorar as aprendizagens, o clima e a cultura escolar;
- Promover melhor funcionamento e funcionalidade dos ambientes de laboratórios, biblioteca e sala de recursos;
- Aperfeiçoar e inovar as ações/atividades pedagógicas, melhorando as aprendizagens dos alunos;
- Melhorar o funcionamento dos colegiados escolares (colegiado gestor, conselho escolar, grêmio estudantil, conselho de classe, reunião de pais e mestres, dentre outros);
- Melhorar a integração escola e família;
- Aperfeiçoar a qualidade da comunicação entre os membros da comunidade escolar;
- Continuar realizando formação continuada em serviço para os profissionais da escola;
- Aprimorar e inovar as ações do Busca Ativa com a frequência escolar;
- Continuar desenvolvendo a inclusão e a diversidade com qualidade;
- Fortalecer e realizar parcerias contributivas ao desenvolvimento das atividades escolares.

10. METAS – ANO DE 2023.

- Manter o índice de reprovação no regular em 0 %;
- Crescer o índice de aprovação na EJA de 54,63 % para 80 %;
- Reduzir o abandono/evasão escolar na EJA de 45,37% para 20 %;
- Manter o abandono/evasão escolar no regular em 0 (zero)%;
- Reduzir no regular a média de infrequência diária de 16% para 8%;
- Reduzir a distorção idade/escolaridade de 7,8% para 5%;
- Melhorar a nota do IDEB em 0,5 pontos, consolidando nota 7.0;
- Melhorar a proficiência em Língua Portuguesa de 292,71 pontos para 315 pontos;
- Melhorar a proficiência em Matemática de 297,17 pontos para 340 pontos;
- Reduzir o percentual de alunos com acentuadas dificuldades de leitura de 10% para 6%;
- Melhorar a participação das famílias nas atividades escolares em 30%;

- Reduzir o número médio de alunos por turma de 35 para 31.

11. GESTÃO INSTITUCIONAL.

11.1. Gestão Escolar Democrática com foco em resultados.

Toda e qualquer instituição educacional é necessário que haja a gestão escolar, a fim de promover a qualidade do ensino aprendizagem, gerir as ações, operacionalizar a proposta pedagógica, definir prioridades e planejar ações futuras. Essa gestão deve ser democrática e participativa, pois a escola democrática segundo Luck (2006) é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos.

A gestão escolar é composta por gestão administrativa que é a parte que lida com os recursos físicos, financeiros, materiais e humanos, e pela gestão pedagógica, a qual cuida de gerir a área educativa, estabelece os objetivos para o ensino, define as linhas de atuação, em função dos objetivos e do perfil da comunidade e dos alunos, propõe metas a serem atingidas, elabora os conteúdos curriculares, acompanha e avalia o rendimento das propostas pedagógicas, dos objetivos e cumprimentos das metas, além de avaliar o desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar como um todo, tendo os diretores e coordenadores pedagógicos como o articulador desse processo.

Todavia é necessário que a gestão promova no âmbito escolar a participação de todos, fazendo-os interagir no andamento das ações, nas tomadas de decisões e envolvendo no andamento da escola. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003):

Dirigir e coordenar significa no grupo a responsabilidade por fazer a escola funcionar mediante o trabalho conjunto. (p.349)

Fica clara essa necessidade da gestão democrática e participativa na Resolução de nº 7-CME de 14 de dezembro de 2010 no art. 20. § 1º, quando afirma: Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio em processo contínuo de avaliações

das ações, a fim de garantir a distribuição social conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Libâneo (2001) comenta que:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. (p.27).

Para isso acontecer, é necessário que os papéis da gestão escolar administrativa e pedagógica, as metas e os propósitos sejam bem definidos e transparentes e que saibam qual o principal objetivo da escola, para Libâneo (2001):

Estes princípios expressam com muita clareza a necessidade de a organização escolar ter objetivos comuns e compartilhados, buscar o envolvimento da equipe de profissionais com esses objetivos, contar com uma estrutura organizacional em que as responsabilidades estejam muito bem definidas, dispor de várias formas de comunicação entre as pessoas, ter uma liderança que consiga motivar e mobilizar as pessoas para uma atuação conjunta em torno de objetivos comuns. (Libâneo p.80)

Assim, a gestão escolar democrática e participativa intensifica as ações da escola e suas práticas são refletidas na e pela comunidade. Pois segundo a Resolução nº 4-CNE- de 13 de julho de 2010, no seu art. 55, diz: A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivências e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da escola (...).

Entretanto, a participação é muito mais que refletir, dialogar, pois é um processo demorado, rodeado de conflitos/diferenças. E todos esses conflitos precisam ser conhecidos e mediados, precisa-se ouvir toda comunidade escolar. É então a importância da prática da gestão escolar, pois essa prática, segundo Tezani (2004) envolve capacidade de articular e resolver os problemas de ordem administrativa e pedagógica, lidar com os relacionamentos; comandar a escola e a partir das normas estabelecidas pelo sistema, considerar fatores e as pessoas e constituir identidade.

Diante disso, a gestão escolar precisa, em muitos casos, reorganizar a escola e seus componentes, para transformar os alunos em cidadãos participativos.

À gestão escolar cabe muito mais do que uma técnica, cabe incentivar a troca de ideias, a discussão, a observação, as comparações, os ensaios e os erros, é liderar com profissionalismo pedagógico. Cada escola tem sua própria personalidade, suas características, seus membros, seu clima, sua rede de relações. (TEZANI, 2004, p. 177)

Desta feita, esta instituição caminha com o envolvimento dessa gestão participativa e democrática. Sendo uma escola que se transforma a cada dia em um espaço permanente de experiências e práticas de uma democracia significativa, e que o aprendizado permeia todo o conjunto de relações que se desenvolvem em seu interior, e nas relações com a comunidade, garantindo a busca permanente do alcance da meta principal de toda e qualquer escola que é a aprendizagem dos alunos com qualidade.

A gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia, uma vez que se dá uma abertura para o compartilhamento, o compromisso e responsabilidades de forma criativa, visando à melhoria do processo e dos resultados educacionais mediante as exigências atuais. Segundo Lück, que constroem em uma realidade educacional proativa e orientada para um sucesso definido, como característica a superação do pensamento limitado (LÜCK, 2010, p. 75).

Assim, cada um se entende no sistema como parte de um todo, participante de uma construção coletiva e interativa. A autora afirma que o processo educacional se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes têm consciência de que são corresponsáveis pelo seu desenvolvimento e seus resultados (LUCK, 2010, p.76).

Contudo, “o êxito de uma organização depende da ação construtiva de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva.” (Heloisa Luck, acessado em 23/12/2013).

Partindo dessa reflexão, a Escola Dom Avelar Brandão Vilela prioriza pela importância da participação de todos para efetivação de uma gestão democrática e participativa, buscando cotidianamente a construção de sua autonomia, através do

envolvimento dos segmentos pais ou responsáveis de alunos, funcionários administrativos, professores e alunos, sempre com o objetivo da melhoria da aprendizagem e resultados da escola.

11.2. Colegiados.

Os colegiados são a representação do fortalecimento da gestão democrática escolar, estabelecem critérios, estratégias e diretrizes que favorecem a pluralidade de ideias, a inclusão, o respeito à diversidade, a qualidade dos processos didáticos, o desenvolvimento, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações administrativas e pedagógicas, interferindo diretamente nos resultados.

11.2.1. Colegiado gestor.

O Colegiado Gestor é formado por diretores, coordenadores pedagógicos, articuladores da aprendizagem e secretário escolar. Constitui-se num espaço de diálogo para identificar situações, direcionar procedimentos, definir prioridades e proposições de soluções capazes de melhorar a organização e funcionamento administrativo e pedagógico da escola.

11.2.2. Conselho Escolar.

Segundo o Documento Norteador para a Construção dos Regimentos Escolares-CME:

“O conselho escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico, administrativo e financeiro do estabelecimento do ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente, e as orientações do sistema municipal de ensino e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teotônio Vilela. (2011, p.16)

Pode-se entendê-lo também como um fórum permanente de debates, de articulação entre os vários segmentos da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns de melhoria do ensino e da aprendizagem, bem como o desempenho global da instituição. O conselho escolar, enquanto espaço democrático e representativo dos diversos segmentos atuantes da escola, deve estimular na

comunidade o interesse e a participação nas questões pedagógicas, financeiras, relacionais e administrativas da escola, objetivando uma educação de qualidade para todos os envolvidos no processo.

O conselho escolar é formado, obedecendo paridade, por 16 (dezesesseis) membros representantes dos segmentos da comunidade escolar: pais ou responsáveis de alunos, professores, funcionários administrativos e alunos. Num processo democrático a escolha destas pessoas é através de eleição, aberta por aclamação ou secreta, e tem o dever de ser atuante independente da administração vigente.

Deve ser visto como um instrumento de democratização das relações de gestão escolar. Seu funcionamento e organização é conforme estatuto próprio. É composto por diretoria e conselho fiscal. A diretoria é composta por presidente (a), vice-presidente (a), secretário (a) e tesoureiro (a). O Conselho Fiscal é constituído por seis conselheiros fiscais e seus suplentes. As reuniões podem ser ordinárias, ou extraordinárias. As ordinárias devem acontecer periodicamente, de preferência, mensal. Os assuntos que compõem as pautas de reuniões estão relacionados aos aspectos administrativos, pedagógicos, relacionais e financeiros da escola.

11.2.3. Conselho de Classe.

O Conselho de Classe é o órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo de ensino aprendizagem. De acordo com o documento Norteador para Construção dos Regimentos escolares do CME, a finalidade da reunião do conselho de classe após analisar as informações e dados apresentados é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se das competências e habilidades estabelecidas.

Nele deve haver uma discussão coletiva para que sejam apontadas dificuldades de alunos, professores e instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo de ensino-aprendizagem. É um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da escola e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam. O conselho deve ser precedido por um momento preparatório junto aos alunos, para diálogos dos critérios que orientam a avaliação e finalizado com o encaminhamento das sugestões.

O conselho de classe tem participação de diretor, coordenador pedagógico, professores, representantes de alunos, funcionários administrativos, pais ou responsáveis dos alunos, nesse caso facultativo. O Conselho de Classe reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez para cada unidade. A organização das informações e dados coletados a serem analisados no conselho de classe é de responsabilidade da coordenação pedagógica. A participação do estudante deve acontecer de forma ética e proativa, na perspectiva de fornecer informações sobre as relações educador/educando e metodologias desenvolvidas pelos docentes.

Desta feita, o conselho de classe é o lugar e o momento efetivo de avaliação pautada em dados criteriosos colhidos da vida escolar cotidiana, esses dados norteiam as ações futuras em um processo de pensar a prática transformadora, acompanhando e aperfeiçoando o processo de ensino e aprendizagem.

11.2.4. Grêmios Estudantis.

O Grêmios Estudantis é um colegiado unicamente composto por alunos, em nosso município, Teotônio Vilela-AL, o Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/96, título IV e inciso II, Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8,069/90 Capítulo IV, art. 53, inciso IV, Lei nº 7398/85 art. 1º, parágrafos 2º e 3º. estabelece:

Art. 2º - Os Grêmios estudantis são o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

Art. 3º - O Grêmios Estudantis é uma entidade representativa de estudantes com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais.

Partindo desses pressupostos, em nossa escola o Grêmios Estudantis é uma organização sem fins lucrativos, entidade representativa dos estudantes, que propõe a discussão e implementação de ações tanto no ambiente escolar, quanto na comunidade, é uma iniciação dos jovens na gestão participativa da sociedade em que vivem. Tem por objetivo defender e promover interesses cívicos, culturais, educacionais, ambientais,

desportivos e sociais. É também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, inovação, empreendedorismo, responsabilidade e de luta por direitos.

O grêmio estudantil é regulamentado em estatuto próprio, será orientado por um professor, sem impedir que os demais membros da comunidade ajudem no seu desenvolvimento, e deve contribuir como protagonista no desenvolvimento de atividades escolares e sociais, tais como: jogos estudantis, gincanas, sarau, show de talentos, palestras, projetos, campanhas educativas, construção das regras e normas da escola, dentre outras.

11.3. Outras articulações.

11.3.1. Relação escola e família.

Escola e família compartilham de uma mesma responsabilidade, a educação dos alunos/filhos no sentido de oportunizar condições para que se desenvolvam integralmente para o bom desempenho na vida em sociedade. Consta na Constituição Federal (Brasília, 1988, p.137).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda mais próxima à nossa prática escolar, encontramos respaldo a essa parceria escola/família na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), quando encontramos em seu Artigo 1º do Título I da Educação, (BRASIL,1996).

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Percebemos assim, que a legislação brasileira fundamenta a importância da participação da família no desenvolvimento integral dos sujeitos, fazendo-a corresponsável, junto à escola, pelo desempenho escolar de seus filhos. E apesar de todo esse apoio legal, citado, no cotidiano nos deparamos com o grande desafio de se estabelecer essa relação de cumplicidade e parceria com a família. Possibilidade, que em muito contribuiria para a melhor partilha de responsabilidades, favorecendo as condições de trabalho, por consequência o processo ensino aprendizagem e assim o avanço no desenvolvimento dos sujeitos.

Necessita-se que escola e família realizem um trabalho de apoio mútuo de parceria. Com os mesmos propósitos, com o mesmo olhar; fazendo-se agentes do desenvolvimento humano. Transcendendo a ideia de culpabilização, tanto da parte da família quanto da parte da escola, pois ambas possuem suas dicotomias e limitações, no entanto, apesar delas, urge a necessidade dessa parceria em benefício do sucesso da educação.

Dessa forma vê-se a necessidade de a família apropriar-se da verdade de que existem culturas diferentes, acreditar na sua contribuição e compreender a importância de sua participação efetiva no meio escolar, sem a qual um projeto sério não poderá caminhar, (CHALITA, 2001, p. 17). Precisa vencer o modelo da passividade para assumir o papel de coautora de ações transformadoras, sair da plateia e enriquecer o palco. Acreditar nas mudanças, nas transformações sociais e na sua fundamental importância diante do desenvolvimento de seus filhos.

Assim, entende-se quão fundamental é a colaboração da família, de modo que possa ser parceira da escola, contribuindo e construindo uma escola participativa, com alunos mais satisfeitos e comprometidos com a aprendizagem, com vistas à conquista de uma sociedade e mundo mais saudável.

Diante de tais exigências a escola mais do que nunca deverá estar preparada para fazer a diferença buscando uma educação que valorize o conhecimento do aluno, fortalecendo uma melhor relação entre o processo ensino aprendizagem em que toda comunidade escolar e família, devem estar envolvidos, oferecendo serviços de qualidade, pois o papel a ser exercida pela escola e pelos pais/responsáveis de alunos, em se tratando de uma sociedade que passa por mudanças constantes, é a busca de novas formas e caminhos para alcançar êxito na formação intelectual, física, emocional, social e cultural do indivíduo.

É possível, enfim, concluir que a participação dos familiares nos caminhos escolares dos alunos é, sim, imprescindível; mas, ao mesmo tempo, é necessário que este envolvimento seja de qualidade, de modo que os pais se envolvam com a escola em um tempo suficiente, contribuindo de forma significativa na vida escolar do seu filho. Nesta perspectiva, a escola constitui-se, em uma instituição social importante na busca de mecanismos que favoreçam um trabalho articulado em favor de uma atuação que

mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, atendendo assim aos desafios oferecidos pela sociedade.

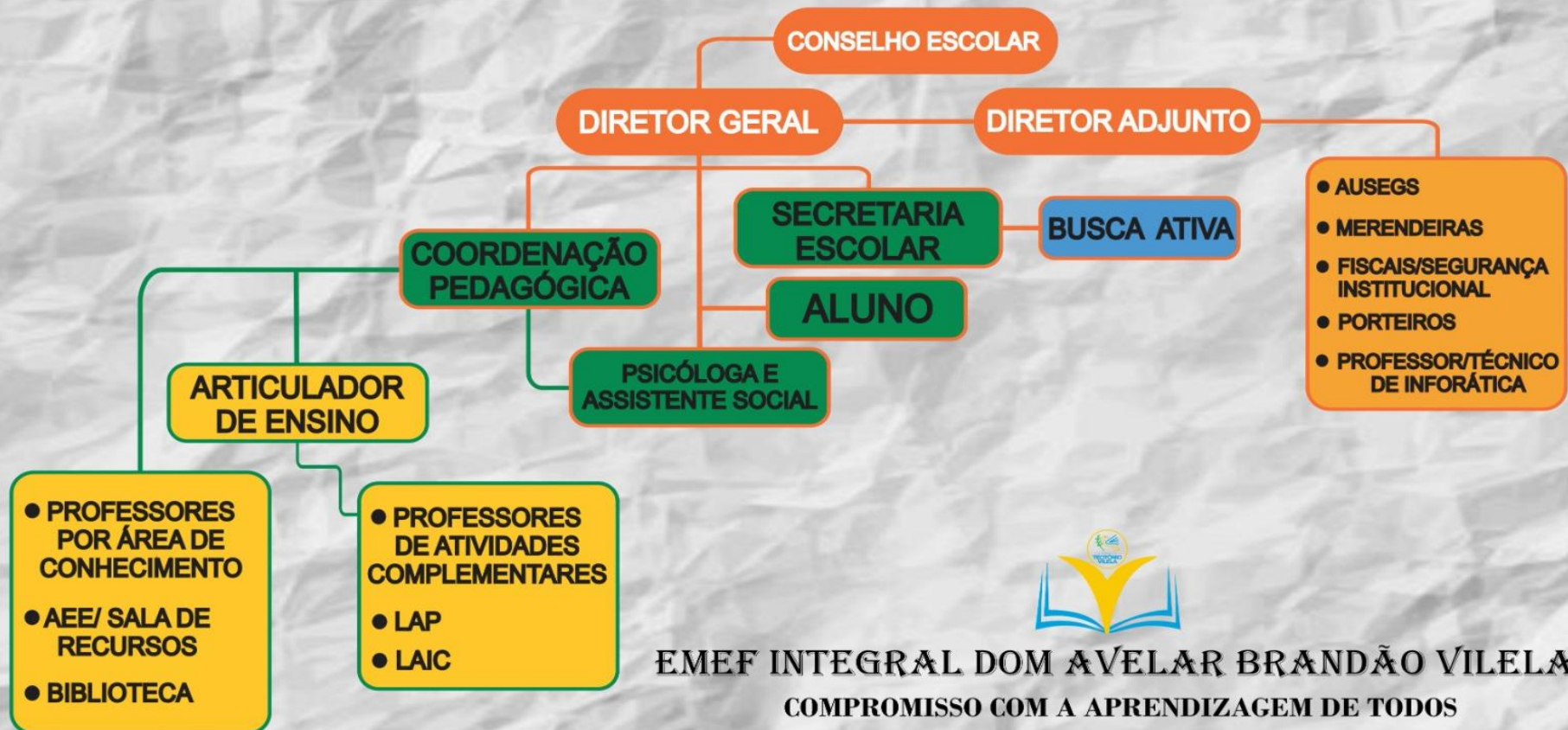
11.3.2. Escola e Parcerias.

A escola para desenvolver suas atividades com sucesso precisa produzir um trabalho capaz de integrar sua comunidade e superar os desafios, otimizando atendimentos e resultados, prioritariamente, a qualidade das aprendizagens dos alunos. Para consolidar tais objetivos, um dos caminhos é firmar parcerias com instituições públicas, empresas privadas e organizações não governamentais (ONGs).

Os parceiros devem estar em sintonia quanto aos propósitos e objetivos da escola e podem contribuir com recursos materiais e financeiros e/ou apoio técnico, fortalecendo a qualidade do trabalho escolar, a formação dos profissionais da escola, a estruturação e equipamentação dos ambientes, a gestão participativa, a inovação administrativa e/ou pedagógica, o empreendedorismo, dentre outros importantes benefícios. As parcerias devem ser firmadas de forma documentada e aprovadas, prioritariamente, pelo conselho escolar.

11.4. Estrutura organizacional da gestão- organograma.

ORGANOGRAMA EMEFI DOM AVELAR BRANDÃO VILELA



EMEFI INTEGRAL DOM AVELAR BRANDÃO VILELA
COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM DE TODOS

12. DIMENSÕES QUE ESTRUTURAM A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COM FOCO EM RESULTADOS.

12.1. Gestão escolar democrática e participativa segundo Luck.

No desenvolvimento do trabalho escolar de qualidade é imprescindível o envolvimento da comunidade escolar nas questões e problemáticas que envolvem a escola, com discussões e comprometimento de todos, como enfatiza Luck (2006, p. 30) [...]A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos espaços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individuais; pela construção de espírito de equipe.

Nas duas últimas formas de participação, Luck (2006, p.44 – 47) refere-se como: A participação como tomada de decisão, participar implica compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção e avanços. E a participação como engajamento que representa o nível mais pleno de participação.

As duas formas de participação citadas correspondem a uma participação mais democrática. A efetiva participação só será possível com uma atuação conjunta, Lück (2009), a participação consiste numa expressão de responsabilidade social intrínseca à expressão da democracia. Conforme a referida autora, a gestão democrática é um processo que cria condições e estabelece as orientações indispensáveis a fim de que os membros de uma coletividade assumam os compromissos necessários para a sua efetivação.

A este respeito Lück destaca que a participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais (LÜCK, 2009, p. 71).

A gestão democrática e participativa de acordo com Lück (2009), é uma das competências que correspondem às dimensões de implementação, que segundo a citada autora são “vinculadas à produção de resultados” (p. 27). Dentre esta dimensão, têm-se as demais que são “gestão de pessoas, gestão pedagógica, gestão administrativa, gestão da cultura escolar e gestão do cotidiano escolar, com foco na promoção da aprendizagem e formação dos alunos, com qualidade social” (LÜCK, 2009, p. 26).

Considerando essa visão de gestão escolar participativa defendida por Luck e outros princípios democrático, nossa instituição desenvolverá a participação dos membros da comunidade escolar voltada à responsabilidade social, pois é com a participação de todos que a escola pode progredir rumo a conquista de resultados favoráveis no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

12.1.1. Organização e monitoramento do calendário escolar.

O calendário escolar será organizado considerando a legislação vigente, definindo como será o trabalho ao longo do ano letivo, contemplando as atividades planejadas para cada etapa da educação naquele período/ano (recesso, eventos, conselho de classe, feriados e outras). O monitoramento da qualidade de seu cumprimento deve acontecer diariamente, sendo o mesmo de responsabilidade da comunidade escolar, principalmente, do núcleo gestor e conselho escolar.

12.1.2. Administração de recursos financeiros e materiais e suas prestações de conta.

A gestão administrativa dos recursos financeiros e materiais vinculados à escola são de responsabilidade do Conselho Escolar, colegiado representativo da comunidade escolar. Em reuniões o conselho escolar, de acordo com a finalidade dos recursos, compartilha demandas, define prioridades, os materiais a serem adquiridos e/ou serviços a serem contratados/realizados. A aquisição de materiais e serviços será feita junto a empresas ou pessoas físicas sem pendências jurídicas e capazes de cumprir as orientações e determinações da prestação de contas dos recursos.

O Conselho Escolar para efetivar a aquisição dos materiais e/ou serviços deve realizar a cotação em no mínimo em três fornecedores devidamente legalizados, considerando as reais necessidades da escola e a qualidade do custo benefício. As prestações de contas devem ser organizadas conforme as orientações vigentes vinculadas aos recursos, socializadas e aprovadas em reunião do conselho escolar, cópias das mesmas (parte ou toda) serão expostas em murais da escola, de fácil acesso ao público, por sessenta dias. As prestações de contas após aprovadas pelo conselho escolar serão organizadas em pastas devidamente identificadas e arquivadas para consulta da comunidade escolar, sociedade ou fiscalização de órgãos públicos competentes.

12.1.3. Mobilização da comunidade.

Os processos de mobilização devem ocorrer cotidianamente favorecendo a participação e interatividade da comunidade escolar, utilizando os indicadores da qualidade educacional e estarem relacionados aos eixos: reuniões, modos ampliados de divulgação, garantia das condições de participação e canal permanente de comunicação. Segue as estratégias de mobilização.

- Reunião de pais e mestres, do conselho escolar e demais colegiados;
- Desenvolvimento e culminância de projetos pedagógicos, inclusive, fomentando a participação das famílias e dos alunos nos mesmos;
- Realização de palestras e rodas de conversas sobre diversas temáticas;
- Organização e execução das atividades de trabalho, considerando a boa qualidade de acolhimento;
- Utilização de diferentes canais de divulgação para manter a comunidade informada;
- Produção, com formas inusitadas e atrativas, de convites (físicos ou digitais), cartazes, vídeos, card e outros instrumentos de comunicação;
- Planejamento e divulgação de atividades com antecedência, devendo existir um calendário/cronograma produzido no início do ano letivo com informações das principais atividades a serem desenvolvidas pela escola;
- Criação de canais permanentes de comunicação (site, redes sociais, blog), dentre outros.

12.1.4. Articulação com os órgãos colegiados.

Os órgãos colegiados, Conselho Escolar, Conselho de Classe, Núcleo Gestor, Grêmio Estudantil, Reunião de Pais e Mestres, são fundamentais para uma gestão democrática, pois estes garantem a prática da participação na escola, a descentralização do poder e a busca por uma educação de qualidade. Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos na tomada de decisões, promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo democrático.

Nesse sentido, os mecanismos e estratégias de promoção da articulação com os órgãos colegiados devem fortalecer as funções deliberativas, consultivas, avaliativas e mobilizadoras, e conseqüentemente, os processos de ensino, os resultados da escola e aprendizagem dos alunos. A articulação com os colegiados ocorrerá por meio da produção, divulgação e socialização das informações, utilizando diferentes formas e canais de comunicação.

12.1.5. Acesso, compartilhamento e uso dos indicadores oficiais da escola.

Os indicadores oficiais educacionais são um conjunto de diretrizes específicas com o objetivo de alinhar princípios de participação, inclusão no ambiente educativo e agregar mais valor ao aproveitamento dos estudantes ano após ano. Os mesmos também são parte da composição do diagnóstico escolar, capazes de associar valor analítico e avaliativo às estatísticas, permitem conhecer não apenas o desempenho dos alunos, mas também o contexto socioeconômico e as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem no qual os resultados foram obtidos.

Os indicadores educacionais oficiais da escola serão organizados em tabelas, gráficos, relatórios, portfólios, dentre outros documentos. O seu compartilhamento e análise com os segmentos da comunidade escolar acontecerá em reuniões, divulgação em vídeos, cards, exposição em murais, entre outras formas de socialização e/ou comunicação. Serão utilizados nas análises de resultados e produção das metas da escola.

12.1.6. Registro, atualização e organização da documentação da escola.

A gestão eficiente do registro, atualização e organização da documentação escolar é uma demanda importante para a instituição. A organização de atas, diários de classe, fichários, planos, projetos, relatórios, prestação de contas, documentação dos profissionais, e, principalmente, ao histórico da vida escolar dos alunos devem estar dispostos de forma organizada e acessível para o manuseio diário. Dessa forma, otimiza-se e agilizam-se os serviços de secretaria e atendimento ao público.

Os documentos físicos, atuais ou passivos, devem estar catalogados e organizados com identificação e acondicionados/guardados de modo a preservar sua qualidade e fácil localização. Os documentos virtuais devem estar salvos em drives, e-mails, Dropbox, entre outros recursos. O Sistema de informatização/software deve ser alimentado diariamente, favorecendo acesso a informações atualizadas. Todos os registros pedagógicos e administrativos da escola serão preservados (documentos, vídeos, fotos, games e outros). Os descartes das documentações, quando necessário, devem seguir as normativas legais.

12.1.7. Documentação da vida escolar dos estudantes.

A documentação da vida escolar do estudante é o documento individual do aluno que registra toda sua vida escolar, indicando informações pessoais, as séries, ciclos ou etapas cursadas, o rendimento, a frequência, entre outras informações. É o documento oficial para produção do histórico escolar.

Os documentos da vida escolar dos alunos devem estar catalogados e organizados considerando informações como data de nascimento, ordem alfabética, nome da mãe do aluno, dentre outras, os mesmos devem estar organizados e armazenados em condições adequadas, capazes de preservar a qualidade das informações presentes nas documentações.

A escola poderá digitalizar os documentos da vida escolar dos alunos, como forma de preservação e informatização dos mesmos. A documentação só

pode ser descartada ou transferida para outro local com registro em ata específica e seguindo as orientações da legislação vigente.

12.1.8. Comunicação Institucional.

Comunicar é tornar comum uma mensagem ou uma ideia, é fundamental para uma organização. A comunicação institucional é responsável pela criação e fortalecimento da identidade e imagem da instituição, por meio de ações que promovam o diálogo e a interação com seus públicos internos e externos. Nesse contexto, é preciso repensar novas formas e estratégias de comunicação tornando-a colaborativa e assertiva.

A comunicação institucional necessita evoluir voltando-se à valorização das relações e de seus sentidos, ou seja, à humanização dos indivíduos e suas histórias, estando mais focada nas emoções e criatividade, integrando as áreas pedagógicas e administrativas da instituição, transmitindo com clareza aos públicos diversos e a sociedade em geral o que a escola é e faz.

O objetivo da comunicação institucional será promover a satisfação, interatividade e engajamento da comunidade escolar alinhados aos princípios, valores, missão e visão da escola, com foco a consolidar seus objetivos educacionais de aprendizagens, suas metas e bons índices de resultados (aprovação, abandono escolar, distorção idade/escolaridade, Ideb, dentre outros). O Plano de Ação Anual da Escola conterá as estratégias e formas de comunicação institucional para cada ação/atividade desenvolvida.

12.1.9. Segurança institucional.

O desenvolvimento da segurança institucional está bastante ligado ao contexto social e cultural onde a instituição está inserida, dessa forma, o panorama do trabalho da segurança institucional deve ser construído considerando a participação efetiva da comunidade escolar e voltado à cultura de paz na escola e na comunidade. Nesse sentido, a promoção da prevenção da violência e de contenção de conflitos estarão direcionadas a humanizar as atitudes e comportamentos, inclusive coibindo os excessos de disciplinamento, que negam as liberdades e os direitos humanos.

A gestão financeira, pedagógica e administrativa da escola ocorrerá preservando e promovendo a qualidade da infraestrutura escolar e a formação integral dos sujeitos, de modo a consolidar uma gestão de segurança institucional capaz de melhorar consideravelmente os níveis da disciplina escolar, do vandalismo e a segurança na escola. Espera-se que a escola seja um local seguro para proporcionar uma atmosfera saudável de aprendizagem aos alunos.

A segurança na escola deve levar em consideração não só o ambiente interno, mas também o entorno da escola. Dessa maneira, possíveis eventos de riscos para comunidade escolar podem ser melhor previstos, reduzindo situações de perigos futuros. A instituição organizará plano de segurança institucional, considerando o funcionamento da portaria e fiscalização escolar, fluxo de entrada, saída e recreação da escola, controle do acesso para pais, visitantes e fornecedores, treinamento para equipe sobre eventos de riscos, otimização do uso e monitoramento de câmeras, dentre outros aspectos.

12. 2. Gestão Administrativa.

A gestão administrativa tem como objetivo garantir a preservação e promoção do espaço físico e do patrimônio da instituição, sendo a organização, utilização e manutenção dos recursos da escola voltadas para produzir os melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem.

12.2.1. Defesa do patrimônio público.

A qualidade da organização e estruturação dos ambientes escolares são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo. O patrimônio, instalações físicas, equipamentos, mobiliário e outros, compõem a identidade e a imagem da escola e promovem sua funcionalidade, por isso, ele precisa estar sempre em ordem, sob pena de colocar em risco a segurança das pessoas e o projeto institucional.

Recomenda-se observar a adequação, o conforto, a segurança, a higiene e a salubridade de obras e instalações elétricas, assim como as normas de qualidade e de segurança de equipamentos e materiais. Os patrimônios de capital devem ser patrimoniados, possuir placa de identificação de patrimônio, e serão registrados em um

livro sob forma de inventário, descrevendo características dos materiais, número da placa de identificação de patrimônio, entre outras informações.

O acervo bibliográfico é considerado bem patrimonial permanente, estará devidamente catalogado, organizado e cuidado, sua utilização é de prioridade da comunidade escolar. Os patrimônios sem condições de uso serão direcionados, conforme legislação vigente, ao setor administrativo de patrimônio do município de Teotônio Vilela-Al.

A defesa e cuidados com o patrimônio da escola é de responsabilidade de toda comunidade escolar e sociedade, no cotidiano, as ações para incentivar a preservação devem ocorrer constantemente, seja durante as atividades de aulas, desenvolvimento de projetos pedagógicos, campanhas educativas, reuniões, entre outras atividades. A comunidade precisa ser envolvida e se envolver de modo que todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo ambiente escolar, vejam a escola como patrimônio da comunidade.

12.2.2. Levantamento e informe das condições da estrutura física da escola.

Os levantamentos das condições da estrutura física (elétrica, hidráulica, pintura, telhado, portas e outras) da escola serão realizados semanalmente, mas as situações de maiores urgências para o bom funcionamento da escola serão resolvidas com o maior imediatismo possível, as necessidades encontradas nos levantamentos serão direcionadas, por meio de ofício ou outro mecanismo, para solução em conjunto com a SEMED de Teotônio Vilela.

12.2.3. Monitoramento da utilização de material, suprimento e demanda dos produtos.

Os materiais de custeio estarão organizados em planilhas em Excel. As planilhas servirão para controle de diversos tipos de produtos: didáticos, expediente, limpeza, higiene, manutenção de infraestrutura, manutenção de informática, hidráulica, elétrica, esportivos, dentre outros. Essas planilhas contribuirão para monitoramento da utilização do material, possibilitando perceber as necessidades de suprimentos dos mesmos.

O controle deve ser realizado de modo que os produtos sejam sempre repostos antes do estoque zerar e utilizados por lote, conforme a data de vencimento. As condições de armazenamento no almoxarifado ou outros ambientes devem preservar a qualidade dos produtos. Os materiais serão sempre utilizados com zelo, otimização da qualidade dos serviços e cuidados de proteção à saúde e à vida. [Planilha de controle.](#)

12.2.4. Gerenciamento do transporte escolar.

As demandas de transporte escolar serão colhidas no ato da matrícula ou posteriormente a ele junto aos responsáveis de alunos ou estudantes. A escola organizará as listas de alunos com necessidades de utilização do transporte escolar e encaminhará a SEMED para providências dos transportes. O gerenciamento do transporte escolar será feito pela SEMED, mas a escola sempre estará avaliando a qualidade dos transportes e serviços ofertados. As situações de transporte escolar ligadas à escola serão informadas anualmente no Censo Escolar. Segue link de acesso a planilha de demanda de [transporte escolar.](#)

12.3. Gestão Estratégica de Pessoas.

A gestão estratégica de pessoas tem como objetivo traçar estratégias de desempenho em nível de excelência para o alcance dos resultados organizacionais, desde a captação ao desligamento do quadro de pessoal da escola. Utiliza as informações obtidas por meio dos seus subsistemas: Provisão, Aplicação, Manutenção, Desenvolvimento e Monitoração para possíveis ajustes do exercício funcional, como também para potencialização dos perfis de competências técnicas e comportamentais alinhados às competências organizacionais.

12.3.1. Vida Funcional dos Servidores.

Lotação dos Servidores.

A lotação dos servidores será feita anualmente, antes do início do ano letivo, em conjunto com a SEMED e considerando aspectos técnicos tais como: número de turmas, projetos, atendimento educacional especializado, estrutura física da escola, dentre outros. Na lotação deve-se dar prioridade ao funcionário efetivo, desde que o mesmo possua a formação adequada para a função a ser exercida.

Durante o ano letivo sempre que acontecer a necessidade de substituição de servidor devido transferência, demissão, licenças ou outra situação, a mesma deverá ser realizada rapidamente para que seja evitado possíveis perdas na qualidade do serviço ofertado. O servidor deve entregar na escola cópias de seus documentos pessoais e acadêmicos para a organização da sua vida funcional e realização de cadastrado no sistema de informação da escola- PontolD.

Frequência.

O controle de frequência do servidor público é um ato discricionário da Administração. É dever do servidor ser assíduo e pontual ao serviço. Portanto, é um direito do empregador a exigência da frequência de seus colaboradores. Em nossa instituição, a frequência do servidor será aferida diariamente por meio de leitor facial eletrônico - PontolD- e de acordo com sua carga horária e turno de trabalho. A frequência do servidor será aferida com entradas e saídas para cada turno de trabalho preservando a pontualidade e assiduidade no serviço. Qualquer ausência/falta do servidor deve ser justificada de forma documentada e de acordo com a legislação vigente.

Tipos de Afastamentos.

Em nossa instituição há servidores efetivos e contratados e cada situação de vínculo tem suas especificidades na legislação: Regime Jurídico Único do Município de Teotônio Vilela, Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação de Teotônio Vilela, dentre outras. Dessa forma, cada situação de afastamento do servidor (faltas injustificadas, faltas justificadas, atestados médicos, licenças – maternidade, benefício, sem ônus para trato de interesse particular – permutas, aposentadoria, demissão, finalização ou rescisão de contratos temporários, férias, entre outros) deve ser tratada conforme a lei, e quando necessário com comprovação documental.

Semanalmente a escola informará por meio de planilha de ocorrência ao setor de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas da SEMED as situações de afastamentos dos servidores. Anexo à planilha, quando necessário, estarão documentos comprobatórios das situações informadas. Para cada situação há um código específico de acordo com as orientações da planilha de ocorrência, são essas especificidades (códigos) que determinam ônus ou não para o servidor.

12.3.2. Processo de Avaliação de Desempenho por Competências.

A Avaliação de Desempenho Individual- ADI - dos funcionários acontecem anualmente e sua estruturação está alinhada aos Pilares das Competências Organizacionais: Resultados Educacionais, Relação Com os Clientes, Cultura de Inovação e Monitoramento do Clima Organizacional, para cada pilar, de acordo com a função exercida, há as contribuições efetivas a serem desenvolvidas pelo servidor. No ciclo da ADI existem os seguintes instrumentos: Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual – PGDI, Plano de Desenvolvimento Individual de Competências – PDIC- e Avaliação de Desempenho 360 graus.

Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual – PGDI: O profissional produz um PGDI para sua função com meta para cada pilar das competências organizacionais (Resultados Educacionais, Relação com os Clientes, Cultura de Inovação e Monitoramento do Clima Organizacional), vinculada às metas, estabelece ações a serem desenvolvidas no ciclo de seis meses. O PGDI é desenvolvido pelo servidor e monitorado pelo seu chefe imediato, conforme decreto municipal 033/2022.

Plano de Desenvolvimento Individual de Competências – PDIC: O profissional produz um PDIC para aperfeiçoar e potencializar o seu perfil individual, visando atingir os resultados organizacionais. As competências individuais a serem desenvolvidas estarão alinhadas aos pilares de competência organizacionais, considerando os aspectos comportamentais e os aspectos técnicos específicos que comprometem o desempenho individual no local de trabalho. O PDIC é desenvolvido pelo servidor com apoio da escola e SEMED, sendo monitorado pelo seu chefe imediato e/ou técnico da Semed, conforme decreto municipal 033/2022.

Avaliação de Desempenho Individual– ADI: A ADI é composta por contribuições efetivas em cada pilar das competências organizacionais (Resultados Educacionais, Relação com os Clientes, Cultura de Inovação e Monitoramento do Clima Organizacional) . Na ADI, o chefe imediato do servidor atribui cem (100) para as contribuições efetivadas pelo servidor e zero (0) para as contribuições não efetivadas pelo servidor, essa nota final corresponde a 40% da avaliação total, conforme decreto municipal 033/2022. A ADI é um instrumento fundamental para o aperfeiçoamento do planejamento, trabalho individual e coletivo da escola.

Avaliação de Desempenho 360 graus: A Avaliação de Desempenho 360 graus é composta pela ADI, correspondendo a 40% da nota total, Autoavaliação do profissional, correspondendo a 15% da nota total e Avaliação Grupal, realizada por outros servidores ocupantes da mesma função do servidor avaliado, correspondendo a 45% da nota total. A nota final do servidor está vinculada a um conceito, Não Cumpriu as Expectativas dentro do Esperado (0,0 a 49,9 pontos, Cumpriu Parcialmente as Expectativas dentro do Esperado (50,0 a 79,9 pontos), cumpriu as Expectativas dentro do Esperado (80,0 A 89,9 pontos) e Excedeu as Expectativas dentro do Esperado (90,00 a 100,0 pontos), conforme Decreto Municipal 033/2022.

12.3.3. Processo de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório.

O servidor em estágio probatório é submetido durante três anos ao Processo de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório. O mesmo é composto, conforme a função do servidor, por Plano de Trabalho, Ficha de Acompanhamento ao Servidor pela sua Chefia Imediata e conferido conhecimento pelo Avaliador Par, Ficha de Avaliação de Desempenho e Formulário de Autoavaliação realizada pelo profissional.

Realizados os processos de avaliação na escola, a documentação é encaminhada para comissão específica de avaliação do servidor na Secretaria Municipal de Educação, conforme o decreto municipal 022/2020 que dispõe sobre o Programa de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório dos Servidores Efetivos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Teotônio Vilela/AL e dá outras providências correlatas.

12.4. Gestão de Ensino.

12.4.1. Concepção de ensino e aprendizagem.

A Escola e sua função social.

Para redesenhar os rumos da escola há que se buscar o entendimento de sua função social, ou seja, suas intenções quanto à formação do indivíduo. Ter clareza da função social da escola e do ser humano que se quer formar é fator primordial para nortear a ação pedagógica. Nesta perspectiva, a educação integral coloca em destaque o papel central que a educação tem na formação do ser humano, garantindo o pleno desenvolvimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos como pessoas cidadãos e

sujeitos da sua história em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural.

Para cumprir sua função social, a escola precisa considerar as práticas da sociedade em que está inserida, conhecendo valores, manifestações culturais, suas expectativas, discutindo e se modificando ao longo dos anos, tendo como finalidade acompanhar as transformações dessa sociedade.

Para exercer sua função como local de oportunidades e interação do estudante com o outro e com o saber, a escola precisa ir além de suas intenções e objetivos técnicos, precisa definir seu real papel enquanto instituição de formação humana, como âmbito de formação de pessoas para sua inserção social de forma crítica e participativa.

Os princípios que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem.

Compreende-se, portanto, que o ensino deve representar-se por uma prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e realidade, visando a transformação da sociedade. E sendo a instituição escolar parte integrante e indispensável nesse processo, a mesma deve contribuir para essa transformação, apresentando-se como um instrumento de apropriação do saber e agente transformador da sociedade de maneira efetiva, oferecendo ao estudante instrumentos de aprendizado suficientes para sua inserção no contexto social de forma organizada e ativa. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96, em seu Art. 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

X – valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Em face disto, uma didática a serviço de uma pedagogia voltada para a formação de sujeitos pensantes e críticos deverá salientar em suas investigações as estratégias pelas quais os estudantes aprendem a internalizar conceitos, modos de

ação que se constituem em “instrumentalidades” para lidar praticamente com a realidade, resolver problemas, enfrentar dilemas, tomar decisões, formular estratégias de ação, tudo em nome da tão desejada educação de qualidade.

12.4.2. Currículo escolar e desenvolvimento integral do sujeito.

Considera-se aqui ensino e aprendizagem termos indissociáveis na construção do conhecimento, tendo dois sujeitos ligados diretamente neste processo: professor e estudante, ambos com foco numa aprendizagem significativa. Aprendizagem esta, construída e relacionada com os conhecimentos prévios do estudante a partir de um processo de aprendizado, reestruturando e organizando informações em diálogo construído com seus pares e professores. Com base nesse pressuposto, concebe-se então a ideia de que os sujeitos aprendem na interação com o meio, tendo o professor como mediador do conhecimento. Como bem coloca o educador Rubem Alves (1933-2014) quando diz que “a função de um professor é instigar o estudante a ter gosto e vontade de aprender, de abraçar o conhecimento”.

Dentre tantos desafios da instituição, um deles é levar em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem dos estudantes, admitir que nem todos aprendem da mesma maneira nem ao mesmo tempo. A grande questão é como organizar o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a todos a oportunidade de aprender, nos tempos e diversos espaços de aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, a educação integral compreende que os processos educativos devem articular os diferentes espaços e tempos de aprendizagem disponíveis, garantindo a ampliação e diversificação de interações significativas para todas as pessoas, devendo ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos estudantes em cada etapa, sem perder de vista a importância dos estudantes terem acesso a diferentes interações.

E, nessa perspectiva, a Educação Integral problematiza o currículo na medida em que recoloca o estudante na centralidade dos processos educativos e ambiciona contemplar suas diferentes dimensões formativas, levando em consideração a ampliação de tempos, espaços e agentes educativos. Na perspectiva da educação integral, o currículo alça contemplar o desenvolvimento de todas as potencialidades, ou dimensões formativas, dos sujeitos, considerando não apenas os aspectos intelectuais dos estudantes, mas também os afetivos, corporais, simbólicos e éticos.

12.4.3. Formas de organização das vivências/conhecimento escolar.

As atividades didáticas devem estar alinhadas a inúmeras formas de inovação no processo de ensino-aprendizagem, buscando transformar e criar diferenciados espaços por meio de práticas inovadoras em diversos lugares e que estes sejam essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, além da sala de aula, outros espaços devem ser explorados, por exemplo: entrada da instituição, pátio, corredores, laboratórios, sala de recursos, quadra poliesportiva, externamente à escola, podemos citar: centros culturais, praças, entorno da escola, complexo esportivo, comércio, comunidade, museus, cinema, memoriais, dentre outros.

Outros espaços importantes são as salas temáticas, ambientes organizados com a finalidade de ofertar maior diversidade de recursos e materiais pedagógicos capazes de contribuir para a dinâmica das estratégias de ensino e enriquecimento das atividades. Acreditamos que esta organização das salas temáticas possibilita aos educadores e educandos uma interação de melhor qualidade, favorecendo os bons resultados de aprendizagens.

As formas de organização das vivências/conhecimento escolar serão conforme a BNCC, sendo aplicada de forma integrada aos elementos curriculares no decurso de todo o processo educacional, voltando-se a formação das competências: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania.

Conhecimento: O caminho para que os alunos aprendam a valorizar e utilizá-los para agir no mundo social, físico, digital e cultural. Eles são importantes para que entendam e saibam explicar a realidade, para continuar aprendendo e contribuir com a sociedade. Nesse sentido, é essencial desenvolver a performance dos alunos na aprendizagem e na vida, para que desenvolvam uma educação mais ética e responsável.

Pensamento científico, crítico e criativo: Desenvolve o aluno a ter curiosidade intelectual e fazer uso da ciência de forma criativa e crítica. Assim, pode investigar causas, testar hipóteses, resolver problemas e criar soluções.

Repertório cultural: Conduz os alunos a dar valor às inúmeras modalidades artísticas e culturais, sem que haja discriminação, respeitando os outros e a valorizando as diferenças. Precisa ser desenvolvido e incentivado por meio de práticas diferenciadas de projetos artísticos culturais.

Comunicação: Os estudantes devem compreender a importância da diversidade de linguagens, para saber partilhar ideias, experiências, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. Ou seja, desenvolvendo a comunicação assertiva para realização pessoal, social e socioemocional.

Cultura digital: Conduzir o aluno a compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética. O propósito é que os alunos possam se comunicar, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria.

Trabalho e projeto de vida: O trabalho escolar contribui para os alunos a valorizar e se apropriar de conhecimentos e experiências que os tornem cidadãos capacitados para realizar ações que possam transformar a sociedade. Podendo ser desenvolvido por ações ligadas ao engajamento com os outros, a amabilidade, a abertura ao novo, a autogestão e a resiliência emocional.

Argumentação: O ensino e a aprendizagem devem direcionar os alunos a saber argumentar com base em acontecimentos, dados e informações de confiança. Com isso, eles podem elaborar, negociar e argumentar suas ideias, pontos de vista e aplicar decisões comuns, fundamentados em direitos humanos, conscientização socioambiental, consumo responsável e ética.

Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer a si mesmo, compreender-se na diversidade de indivíduo e se admirar é fundamental para que o estudante possa valorizar a sua saúde física e emocional, identificar as suas fragilidades emocionais e a dos outros, com autocrítica e habilidade para saber agir sobre elas.

Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação são competências importantes para se fazer respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com receptividade e edificação da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza.

Responsabilidade e cidadania: A atuação pessoal e em grupo, de forma autônoma, responsável, flexível, resiliente e de maneira determinada, ajuda o aluno a aprender a tomar decisões com base em concepções éticas, igualitária, inclusivas, sustentáveis e humanitárias.

As efetivações das competências gerais da BNCC acima citadas contemplam diferentes linguagens, ferramentas tecnológicas, valorização da diversidade e outros métodos possíveis, e serão melhor desenvolvidas se considerarmos e trabalharmos as competências específicas das áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, arte, Educação Física e Língua Inglesa), Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso.

Competências Específicas de Linguagem para o Ensino Fundamental.

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.

2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas

diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

Competências Específicas de Matemática para o Ensino Fundamental.

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.

6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar

suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Competências Específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental.

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.

4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência

socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Competências Específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental.

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço. Ou seja, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas. Ou seja, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental. Além disso, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

Competências Específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental.

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.

2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.

3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.

4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.

5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

12.4.4. Os tempos e espaços do processo de ensino e aprendizagem.

A educação na perspectiva da formação integral não se restringe à ampliação do tempo que o estudante passa na instituição de ensino, mas diz respeito à possibilidade de integração, registrada em seu Projeto Político-Pedagógico, expressa por meio de um currículo significativo, ocorrendo na instituição com outras ações educativas, culturais e lúdicas presentes no território e vinculadas ao processo formativo.

Com relação às instituições de tempo integral, vale salientar que dentro do seu currículo não deve haver separação entre turnos, e que se deve expandir as oportunidades educativas e formativas do estudante, fazendo uso da organização do tempo, dos territórios de aprendizagem, dos espaços escolares, dos materiais pedagógicos e ambientes, e que estes estejam integrados, possibilitando o desenvolvimento integral do estudante em todas as suas dimensões.

Percebe-se, portanto, que é preciso ressignificar a escola discutindo a educação integral como um direito do indivíduo, repensando não só os espaços e tempos de aprendizagem, mas também a reestruturação dos currículos escolares com base nos objetivos formativos, com vistas ao pleno desenvolvimento integral do sujeito. O primeiro perpassa os horários, calendários e cronogramas estabelecidos para a organização das atividades pedagógicas no espaço escolar; o segundo refere-se a qualidade do uso do tempo subjetivo, isto é, o intervalo usado pela mente humana para um determinado evento. Desse modo, o tempo e o espaço pedagógicos têm sido dois aspectos que vêm tomando grande proporção nas discussões dentro do âmbito escolar, visto que todas as atividades escolares se efetivam regidas por esses dois elementos.

Pode-se dizer que tempo, numa visão administrativa, está relacionado à execução e garantia do cumprimento das atividades por meio do calendário escolar, e o tempo numa visão pedagógica, refere-se à distribuição das atividades nas horas que se têm disponíveis dedicadas ao ensino, visto que a organização do tempo passa pela rotina diária nas atividades de trabalho da instituição e o uso dele deve ser analisado no antes, durante e depois das atividades previstas. Em outras palavras, essa última dimensão está ligada ao uso pedagógico que se faz do tempo, ou seja, como utilizá-lo de forma produtiva em favor da aprendizagem.

A aprendizagem é um processo evolutivo que se dá de maneiras diferentes de um estudante para o outro, entretanto, o bom uso que se faz dos tempos e espaços

disponíveis nas instituições será determinante para a construção das habilidades a desenvolver, e nesse sentido, a instituição de ensino precisa valorizar tanto seus tempos quanto seus espaços e não um em detrimento do outro. Sendo assim, nossa instituição otimizará o uso do tempo e dos espaços nas atividades de Tempo Integral, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial Inclusiva, voltando-se a melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes e sua formação integral.

12.1.5. Laboratório de aprendizagem, laboratório de iniciação científica e atividades complementares em tempo integral.

A escola desenvolverá o Laboratório de Aprendizagem -LAP- voltado a atender alunos com consideráveis déficit de aprendizagem, em relação ao ano/série em que o estudante está matriculado, em leitura e escrita. Para atender esses estudantes serão formadas turmas e ofertadas aulas de Língua Portuguesa e Matemática com o trabalho pedagógico direcionado a suas necessidades e especificidades. O estudante continuará matriculado na sua turma regular e no LAP terá a oportunidade de ampliar e resgatar sua aprendizagem.

A escola ofertará o Laboratório de Iniciação Científica - LAIC- com objetivo de incentivar e potencializar os alunos para o mundo científico e tecnológico. Os estudantes participantes do LAIC são aqueles que demonstram, de acordo com ano/série que o aluno esteja matriculado, melhores resultados de aprendizagem e possua interesse de participar do LAIC.

As atividades complementares de tempo integral serão trabalhadas considerando a integralidade do currículo e formação integral dos alunos. Serão ofertados os seguintes componentes curriculares nas atividades complementares: Acompanhamento Pedagógico: Língua Portuguesa e Matemática; Arte e Cultura: Expressão Corporal e Circuito de Aprendizagem Territorial e Cultural; Esporte e Lazer: Jogos de Invasão e Jogos Educativos; Iniciação e Investigação Científica: Educação Socioambiental, Robótica e Gamificação; Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais. Essas atividades complementares estão na matriz curricular da escola e serão ofertadas conforme os Ciclos: Ciclo 1: 6º e 7º anos, Ciclo 2: 8º e 9º anos, ou em todos os anos/série.

12.4.5. Organização institucional.

Organização da matriz curricular base nacional comum e parte diversificada.

A oferta da educação de tempo integral deve basear-se nos princípios da Inter e transdisciplinaridade, interatividade, empreendedorismo, ludicidade, inovação científica e pedagógica, bem como, no protagonismo estudantil. Dessa forma, faz-se necessário considerar que é de fundamental importância a integração e harmonia entre as práticas pedagógicas desenvolvidas a partir das temáticas originadas das áreas de conhecimento convencionais, do currículo formal, e as práticas pedagógicas desenvolvidas a partir das temáticas originadas dos interesses e ambientes onde habitam os estudantes, dos diferentes territórios de aprendizagem, do currículo complementar.

A Proposta Pedagógica da escola será estruturada na perspectiva de efetivar os princípios teórico-metodológicos acima mencionados, a partir da integração entre o currículo formal e o currículo considerado complementar, da seguinte forma:

- Organização de disciplinas regulares pela BNCC;
- Organização de Atividades Complementares - obrigatórias e eletivas.

As atividades complementares se interrelacionam com o currículo convencional cumprindo a função da educação integral, que é a formação integral do sujeito, uma vez que dá sentido às temáticas e saberes oriundos das trajetórias, experiências e relações dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Assim, para que a proposta atinja os objetivos é fundamental que os estudantes, seus familiares, professores e demais funcionários conheçam, discutam e aprimorem as possibilidades de implementação. A partir de uma análise do contexto em que a escola está inserida, das diferentes histórias de vida, e dos pertencimentos do sujeito (de gênero, étnico racial, religioso e socioeducacionais), será possível definir as melhores formas de atendimento aos estudantes e suas famílias.

Em conformidade com o Referencial Curricular Municipal - RCM- do Município de Teotônio Vilela e considerando que as atividades complementares integralizaram o currículo convencional, as Atividades Complementares deverão contemplar as demandas da sociedade atual, as necessidades formativas dos estudantes, mas também suas expectativas e aptidões.

A proposta educativa a ser trabalhada se propõe a uma jornada escolar ampliada com foco na educação de tempo e desenvolvimento integral do indivíduo, a organização dos conhecimentos está pautada numa metodologia de aprendizagem baseada no educar pela pesquisa como princípio educativo científico e no protagonismo infanto-juvenil que coloca os estudantes no centro do processo educacional.

Nessa direção, as diferentes áreas do conhecimento associam-se e complementam-se em uma multiplicidade de saberes e habilidades com o propósito central de que o estudante aprenda a resolver os problemas da vida e os desafios contemporâneos, utilizando como meios os conhecimentos aprendidos em interação constante - com educadores e demais estudantes, bem como com os objetos de aprendizagem - de maneira contextualizada.

Para tanto, a Matriz Curricular para a oferta da Educação em Tempo Integral para os anos finais do Ensino Fundamental a ser desenvolvida nesta instituição de ensino, está estruturada contemplando uma carga horária semanal de **35 horas**, assim distribuídas:

- **21** horas semanais destinadas aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC;
- **14** horas semanais destinadas aos componentes curriculares da parte diversificada, refletindo as especificidades locais e interesses da comunidade escolar.

Atendendo à BNCC, a estrutura curricular dá amplo destaque para as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de cada ano de escolaridade nessa etapa de ensino. Organizada por áreas do conhecimento, porém com um olhar especial para as especificidades e saberes próprios sistematizados nos diferentes componentes, com foco na progressão das aprendizagens entre os anos.

Já as temáticas que estruturam a Parte Diversificada deverão ser desenvolvidas através das atividades complementares, de acordo com a BNCC, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular visando o desenvolvimento das habilidades e competências que fundamentam o processo de aprendizagem dos estudantes.

12.4.6. Metodologia de ensino aplicada e utilizadas e forma de planejamento aplicada.

A sociedade moderna tem apresentado novas demandas, entre elas, a de currículos escolares que articulem os diferentes tipos de conhecimentos e, conseqüentemente, promovam a formação integral do sujeito. A necessidade de novas formas de organização do conhecimento: a multidisciplinar, a interdisciplinar e a transdisciplinar através destes diversos campos do saber que constroem competências e habilidades.

A educação deve formar o estudante para conceber a aprendizagem ao longo de toda a vida, aprofundando e enriquecendo as suas potencialidades, de forma integral, assegurada nos Quatro Pilares Fundamentais da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser.

A abordagem ampliada dos conteúdos que se aproximam de um enfoque globalizador é sistematizada por Zabala (1998) na proposição de uma tipologia de conteúdo que inclui conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais. Dessa compreensão surge também a preocupação com a relação direta entre o que se ensina e se aprende, para que se ensina e se aprende e o como se ensina e aprende.

Na organização da prática pautada em um ensino e aprendizagem significativos, é importante levar também em consideração dois fatores no momento de estruturar o trabalho pedagógico: o tempo e o espaço. É importante também adentrarmos nas possibilidades de modalidades organizativas que se apresentam para estruturar esse trabalho pedagógico, prática respaldada por um processo de ação-reflexão-ação.

Nessa perspectiva, o planejamento da prática pedagógica pode possibilitar tanto a melhor utilização do tempo quanto a aprendizagem significativa dos estudantes, devido à mobilização dos seus interesses, curiosidades e uso contextualizado do conhecimento, por entender, que o contexto precisa ser observado, analisado, comparado e modificado, se assim se fizer necessário. Para melhor compreender o conceito e funcionalidade das estratégias didático-metodológicas ativas.

Importante pensar o planejamento como possibilidade de mudança de paradigmas. Algumas modalidades de organização do conhecimento que, de forma

integrada com as metodologias ativas, promovem aprendizagem significativa. São elas: Projetos didáticos interdisciplinares e integradores; Atividades permanentes; Sequências de atividades e Situações independentes.

Por essa razão, as modalidades organizativas do conhecimento surgem como mecanismos de trabalho interdisciplinar, promovendo a interligação entre todas as áreas do conhecimento no objetivo de uma educação significativa e integral. Essas atividades apontarão novos caminhos, permitindo o aprimoramento necessário para estruturar o trabalho, buscando estabelecer uma correlação entre teorias e práticas, entre saberes e fazeres e assim poder sequenciar seu planejamento, elegendo na sequência, o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem como mais um passo, no propósito de garantir os direitos de aprendizagem de todos num viés de planejar, agir, avaliar e replanejar na caminhada pelo desenvolvimento do conhecimento.

Nesse contexto, o plano de ensino anual e os planos de aula semanal em nossa instituição norteiam os caminhos a percorrer do fazer pedagógico, permitindo ao professor abranger as necessidades das suas turmas, como também adequar sua prática a realidade dos alunos, resultando em uma experiência satisfatória do professor para o aluno e vice-versa.

O planejamento de aula é de fundamental importância para que se atinja êxito no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Libâneo (2003) “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o plano de aula é um instrumento essencial para o professor elaborar sua metodologia conforme o objetivo a ser alcançado.

Entre os elementos que devem compor o plano de aula estão: clareza de objetivos, boas relações entre recursos disponíveis e as estratégias pedagógicas, avaliação prévia/noção dos conhecimentos dos alunos sobre o conteúdo, articulação entre a teoria e prática, utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, sistematização das atividades com relação a gestão do tempo e espaço, flexibilidade frente a situações imprevistas, realização de pesquisas buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes entre outros, considerar a realidade sociocultural dos estudantes, adequação a realidade

das diferentes turmas, metodologias ativas que conduzam a efetiva participação dos estudantes, dentre outras situações que venham ser necessária está presente no plano.

No plano de aula as metodologias ativas precisam serem pensadas, desenvolvidas e avaliadas como estratégias de ensino capazes de incentivar os alunos a aprenderem de forma autônoma e participativa por meio de problemas e situações reais, realizando tarefas que os estimulem a pensar além, a terem iniciativa, a debaterem, tornando-se responsáveis pela construção de conhecimento, ou seja, protagonista do seu aprendizado. O professor é o mediador nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pode-se utilizar metodologias como por exemplo: situação problema, projetos, sala invertida, design timing, gameficação, cultura maker, estudo de caso, seminários, mapas conceituais, produção de poesias, dentre tantos outras.

12.4.7. Avaliação da aprendizagem concepção e metodologia.

Percebe-se que o ato de avaliar é amplo e não se restringe ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão. Avaliar é indispensável à toda atividade humana e, portanto, em qualquer proposta de educação. É inerente e imprescindível, durante todo processo educativo que se realize um constante trabalho de ação-reflexão-ação.

A avaliação é tarefa permanente, instrumento indispensável à constituição de uma prática pedagógica e educacional verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento da qualidade do ensino aprendizagem. Deste modo, a avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. Segundo Hoffmann (2005):

A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade e acompanhamento passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. (p. 18).

A avaliação escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. Ela subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do

resultado que estamos construindo. Nesse sentido, avaliação da aprendizagem escolar de acordo com a Resolução nº 4 do CNE, de julho de 2010 no seu art. 47, apresenta-se da seguinte maneira: A avaliação da aprendizagem baseia-se na concepção de educação que norteia a relação professor-estudante-conhecimento-vida em movimento, devendo ser um ato reflexo de reconstrução da prática pedagógica avaliativa, premissa básica e fundamental para se questionar o educar, transformando a mudança em ato, acima de tudo, político.

Portanto, para a avaliação sistematizada acontecer é necessário ter estratégias que forneçam informações valiosas tanto para os professores, quanto para os alunos. Assim sendo, nesta instituição, utilizam-se os seguintes instrumentos de registro de avaliação: diário com notas. Também se avalia através da observação, palestras, seminários, provas, trabalhos em grupo e individuais, entre outros. Cada uma desses instrumentos e formas oferecem subsídios para realizar a avaliação sistematizada dos conhecimentos adquiridos e as evoluções nas aprendizagens do aluno e também do professor, além de visar à melhoria do ensino-aprendizagem e o fortalecimento da estrutura organizacional.

Ensino Fundamental Regular e EJA.

A avaliação é mais um instrumento para ajudar o educando a desenvolver sua aprendizagem. Seu objetivo como todos os outros recursos pedagógicos existentes dentro do âmbito escolar é o de promover o acesso ao conhecimento. A avaliação, segundo Perrenoud (1999), está no âmago da parte mais íntima ou fundamental; essencial das contradições do sistema educativo, constantemente na articulação da seleção e da formação, do reconhecimento e da negação das desigualdades.

Concebemos a avaliação da aprendizagem, como mecanismo de formar o indivíduo, respeitando suas diferenças e individualidades. O ato de avaliar não deve ocorrer somente no momento da prova, para atribuir uma nota ao possível conhecimento adquirido pelo aluno, deve ser contínuo, ocorrendo de forma processual e não em momentos estanques, que priorizam o medir e o testar. Afirma Hoffmann (2003. p.22).

As notas e provas funcionam como redes de segurança em termos de controle exercido pelos professores sobre seus alunos, da escola e dos pais sobre os professores, do sistema sobre suas escolas. Controle esse

que parece não garantir o ensino de qualidade que pretendemos, pois as estatísticas são cruéis em relação à realidade das nossas escolas.

É na avaliação que deve haver equilíbrio entre duas dimensões, a formativa e somativa, adotando estratégias de progresso individual e contínuo que favoreçam o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para sua formação integral. Na Resolução nº 07- CME-, 14 de dezembro de 2010, no art. 32 afirma que: A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica. E ainda nesse mesmo artigo cita os instrumentos que devem ser utilizados para essa avaliação: utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e as características de desenvolvimento do educando.

Esta instituição utiliza a prática avaliativa processual, contínua, diagnóstica, emancipatória e reflexiva, possibilitando ao aluno tomar consciência de suas dificuldades e avanços através de estratégias e instrumentos de avaliação. Conforme o art. 47 no inciso 4º da Resolução nº 4-CME-, de julho de 2010: A avaliação da aprendizagem do Ensino Fundamental, de caráter formativo predominando sobre o qualitativo e classificatório, adota uma estratégia de processo individual e contínuo que favorece o crescimento do educando, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas etapas.

A avaliação é de fundamental importância porque visa a melhoria do ensino, diversificando a prática pedagógica no intuito de sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente, pois as formas de avaliações são meios eficazes de identificar o nível de aprendizagem em que os alunos se encontram e assim ajudá-los a progredir em suas concepções.

Avaliação no Tempo Integral.

No tocante à avaliação da aprendizagem dos estudantes matriculados nas turmas de tempo integral, deve-se avaliar tanto a progressão das aprendizagens relativas aos saberes oriundos do currículo convencional (originado da BNCC), quanto à progressão

das aprendizagens relativas aos saberes oriundos do currículo complementar, que integralizam a formação dos referidos estudantes.

Os componentes curriculares que compõem as atividades complementares estão organizados em duas categorias: atividades obrigatórias e eletivas. Todas devem ser avaliadas de forma qualitativa e quantitativa, conforme orienta a sistemática de avaliação da rede municipal. Na forma de avaliação quantitativa, as atividades complementares devem compor 20% do total da pontuação dos componentes curriculares da formação geral, da área do conhecimento a que esteja interrelacionada mais diretamente, em cada unidade letiva.

Os estudantes devem ser avaliados, também, pela sua participação e frequência, em todas as atividades complementares, a partir do cômputo de frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária anual.

Promoção-Anos Finais do Ensino Fundamental.

No Ensino Regular Integral.

Entende-se por promoção a lógica do ensino na qual o(a) educando(a) progride de um ano escolar para o outro até concluir a Educação Básica. Os anos finais do Ensino Fundamental tem organização curricular por área de conhecimento e componente curricular, com oferta de Progressão Parcial a partir da avaliação formativa e somativa, nos seguintes parâmetros:

- Admitir-se-á a progressão parcial para o/a estudante que tiver pendência em até 02 (dois) componentes curriculares, e que os mesmos sejam cursados no ano seguinte paralelamente aos componentes curriculares do ano em que está matriculado, ou em forma de curso de férias, não sendo facultado ao estudante a progressão parcial continuada cumulativa;
- Exigência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária do ano letivo para ser promovido parcialmente para o ano seguinte;
- Oferta de vaga(s) no(s) componente(s) curriculares em que o/a estudante foi retido(a) em horário diferente da turma em que irá cursar;

- Possibilidade de promoção antes da conclusão do ano letivo no(s) componente(s) curriculares em que está cursando, mediante avaliação efetuada por banca formada a partir de 03 (três) docentes, conforme normas estipuladas no Regimento Escolar;

- A conclusão do Ensino Fundamental somente ocorrerá após a aprovação em todas os componentes curriculares de todos os anos descritos na Matriz Curricular oficial da escola.

Em linhas gerais, a promoção no Ensino Fundamental dar-se-á mediante a aquisição de competências e habilidades básicas definidas para cada componente curricular e o critério de atribuição de pontos para a avaliação somativa será de 25 (vinte e cinco) pontos para cada componente em cada unidade, totalizando 100 (cem) pontos anualmente.

Será promovido o estudante que obtiver frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária anual e o resultado anual por componente curricular igual ou superior a 60% da pontuação, ou seja, 60 pontos.

Entretanto, o estudante quando ao final da terceira unidade, tenha atingido o percentual mínimo de frequência exigido por lei, como também, o percentual mínimo de pontos para aprovação, ainda assim, mantenha sua frequência e realize todas as atividades correspondentes à 4ª unidade como forma de evoluir em seu desempenho e desenvolver as habilidades básicas necessárias para o ano seguinte.

Na Educação de Jovens e Adultos-EJA.

Na Educação de Jovens Adultos, o ciclo está organizado em semestre por período (6º ao 9º período) de modo que o aluno consegue progredir dois anos/série (período) em um ano letivo. Não há progressão parcial. Cada unidade corresponde a 50 pontos, totalizando 100 pontos no semestre, o aluno com no mínimo 60 pontos de aproveitamento e 75% de frequência no semestre, progride para o período escolar seguinte.

Situação de Estudantes Advindos de Outras Redes de Ensino.

Em casos de educandos recebidos de instituições de ensino não pertencentes à rede municipal de Teotônio Vilela-AL e com sistema de avaliação diferente haverá conversão de notas. Nesses casos, a escola levará em conta, para efeito de somatório anual, a pontuação do educando convertida em valores conforme a fórmula de conversão de notas abaixo, de modo que totalize 100 pontos anuais.

$$X = 25 \cdot Y / Z$$

- Considera-se X a pontuação convertida no Sistema de Teotônio Vilela.
- Considera-se 25 a pontuação máxima do nosso Sistema de Ensino.
- Considera-se Y a nota que o aluno trouxe de outros Sistemas.
- Considera-se Z a nota máxima que o aluno pode alcançar no seu Sistema de origem.

Exemplo: O aluno chegou com média 6,0 (seis) num determinado componente curricular em que a pontuação máxima seria 10,0 (dez). Como iremos resolver?

$$X = 25 \cdot 6 / 10 = 150 / 10 = 15$$

Esclarecendo:

25 (pontuação máxima por unidade do sistema municipal de ensino de Teotônio Vilela) vezes 6,0 (pontuação que o aluno trouxe do outro sistema de ensino) igual a 150 pontos dividido por 10 (pontuação máxima que ele poderia conseguir no outro sistema de ensino). Resultado do componente curricular em questão, igual a 15 pontos.

No Sistema que trabalha com pontuação semestral, soma-se o valor da pontuação das duas unidades do nosso sistema de ensino.

$$X = 50 \cdot Y / Z.$$

Para as transferências/históricos oriundos de outros sistemas de ensino em que há Parecer Descritivo e/ou Conceitos, encaminhar a documentação ao setor de

Normatização do Sistema Educacional e Inspeção Escolar da rede municipal de ensino de Teotônio Vilela para as providências cabíveis.

Classificação.

A classificação representa o posicionamento do estudante no ano compatível com sua idade, experiência e nível de desempenho, mediante critérios de avaliação definidos pelo sistema municipal de educação e pela escola, conforme descreve o Inciso II, do Art. 24 da LDB nº 9.394/96:

II – A classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

A classificação tem caráter pedagógico, centrado na aprendizagem do educando, a realização da classificação, a escola deverá adotar os seguintes procedimentos:

- *Reunião da equipe pedagógica da escola que designará uma Banca Examinadora para organizar um conjunto de testes e entrevistas com o (a) estudante;*
- *A Banca será composta pelo (a) coordenador (a) pedagógico (a) e professores do quadro permanente, lotados na Escola, dos anos/séries e componentes curriculares pretendidos;*
- *A Banca deve definir o ano/série para o qual o (a) estudante será classificado (a) e um programa de conteúdos curriculares e habilidades que serão avaliados;*
- *A Escola deverá informar ao estudante (a) e seus respectivos responsáveis, em tempo hábil, as competências que serão avaliadas, marcando data das avaliações com antecedência;*
- *Os testes e entrevistas devem identificar habilidades e conhecimentos adquiridos pelo (a) estudante nas áreas de conhecimento integrantes da Base Nacional Comum Curricular, orientando-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, Referencial Curricular Municipal - RCM e Matrizes Curriculares da rede municipal de ensino.*

Reclassificação.

A reclassificação é um processo pedagógico que se realiza através do reposicionamento do estudante para o ano coerente com sua idade e desenvolvimento cognitivo, tendo como referência a correspondência idade/ano letivo e avaliação de competências e habilidades previstas para cada componente curricular. A reclassificação pode ser realizada, inclusive, quando se trata de estudantes transferidos, conforme § 1º, do Art. 23, da LDB no 9.394: “A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais”.

Na rede municipal de ensino de Teotônio Vilela, a escola deverá adotar os seguintes procedimentos para a aplicabilidade do processo de reclassificação de estudos dos seus estudantes:

- *Realizar a reclassificação até o final da primeira e/ou segunda unidade do ano letivo;*
- *Reunir sua equipe pedagógica e designar uma Banca Examinadora para organizar um conjunto de testes e entrevistas com o/a(s) estudante(s);*
- *A Banca deverá definir um programa de habilidades e competências que serão avaliadas no ano em curso que o estudante estuda e informar a ele e/ou a seus responsáveis, marcando data com antecedência;*
- *A Banca Examinadora será composta pelo (a) coordenador (a) pedagógico (a) e professores das séries/anos ou etapa e/ou Componentes Curriculares pretendidos;*
- *Os testes e entrevistas devem identificar habilidades e conhecimentos adquiridos pelo (a) estudante nas áreas do conhecimento integrantes da Base Nacional Comum Curricular, orientando-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, Referencial Curricular Municipal - RCM e Matrizes Curriculares da rede municipal de ensino.*

A reclassificação constitui-se, portanto, como um benefício importante à vida escolar dos estudantes, por considerar as aprendizagens adquiridas, independente da sua matrícula oficial em instituições de ensino, reposicionando-o para o ano coerente com a sua faixa etária e nível de conhecimento. É inegável que a reclassificação representa, para todos os estudantes contemplados, um investimento, tanto na ampliação da sua autoestima, quanto um estímulo à superação de desafios.

Recuperação.

A recuperação é uma intervenção pedagógica deliberada e intencional inerente ao processo de avaliação continuada, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96:

Art. 24 V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Incorporada como processo de avaliação da aprendizagem será realizada sempre que o educador perceber que não ocorreu a aprendizagem significativa, enfatizando assim a dimensão qualitativa no desenvolvimento da aprendizagem. Será, portanto, inserida no trabalho pedagógico, decorrendo de observações e reflexão acerca das dificuldades de aprendizagem. Para isso, o professor se utilizará de diversas estratégias e instrumentos avaliativos, realizando intervenções imediatas assim que as dificuldades forem constatadas no decorrer de cada unidade e dentro do tempo e espaço escolares destinados às aulas.

Tendo o professor realizado a recuperação continuada e ainda assim o resultado do estudante em cada componente curricular não for satisfatório, este oportunizará ao educando, ao final de cada unidade, a recuperação das competências e habilidades ainda não construídas e seu resultado será expresso no diário de classe.

O estudante no ensino regular integral que não atingir 60% (sessenta por cento) do total de 25 (vinte e cinco) pontos, ou seja, 15 (quinze) pontos para cada unidade letiva será submetido à recuperação ao final de cada unidade, podendo esta atingir o valor máximo de 10 (dez) pontos equivalentes a 40% do total de 25 pontos. Sendo assim, não haverá prevalência de um resultado sobre o outro, apenas somados e definidos como pontuação para a unidade recuperada.

O estudante na EJA que não atingir 60% (sessenta por cento) do total de 50 (Cinquenta) pontos, ou seja, 30 (trinta) pontos para cada unidade letiva será submetido à recuperação ao final de cada unidade, podendo esta atingir o valor máximo de 20 (vinte) pontos equivalentes a 40% do total de 50 pontos. Sendo assim, não haverá

prevalência de um resultado sobre o outro, apenas somados e definidos como pontuação para a unidade recuperada.

Ao final do ano letivo para estudante ensino regular integral e final do semestre/período para o estudante de EJA, haverá a Recuperação Final (RCF) para os alunos que não tenham superado as dificuldades de aprendizagem e que não tenham atingido o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) do total de 100 (cem) pontos anuais, ou seja, 60 pontos para promoção, somadas as quatro unidades letivas. A recuperação final terá o valor de 40 (quarenta) pontos equivalentes a 40% do total de 100 (cem) pontos.

O sistema de somatório de pontos oportuniza aos estudantes o progresso contínuo da sua aprendizagem, não havendo divisão de pontos em nenhuma unidade, nem no final do ano letivo, e o Resultado Final (RF) será expresso pela soma do Resultado Anual (RA), mais a Recuperação Final (RCF).

Aos educandos que, por motivo superior, devidamente comprovado, deixar de comparecer à recuperação final, será dada uma segunda oportunidade, mediante apresentação de requerimento por escrito à equipe gestora, juntamente anexo do documento comprovando o motivo da ausência à escola, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a realização da referida recuperação.

12.4.8. Diretrizes para a escolha de materiais didáticos.

Os materiais didáticos são recursos importantes para a efetivação do trabalho pedagógico e fundamentais a qualidade do ensino oferecido. Servem como material de base para o professor elabore planos de aula e desenvolva atividades com os alunos, suas escolhas devem considerar o perfil de ensino da escola, às necessidades de aprendizagens dos estudantes e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular do Município de Teotônio Vilela. O objetivo é oferecer a melhor educação aos alunos e excelentes condições de trabalho aos professores.

As escolhas dos materiais didáticos, livros e outros, ocorrerão coletivamente e democraticamente, com apoio da Semed, alinhadas às nossas propostas pedagógicas e precisam favorecer o desenvolvimento de estratégias ligadas às metodologias ativas de aprendizagem, o aluno deixa de ser um agente passivo, que apenas recebe o conteúdo transmitido pelo professor e se torna um agente ativo, engajado na construção

do conhecimento. Nesse caso, o aluno ganha autonomia e um maior senso de responsabilidade sobre o próprio processo de educação. Assim, o professor é um mediador que auxilia o estudante em sua jornada.

12.4.9. Diretrizes para o processo de acompanhamento e monitoramento de aprendizagem.

As estratégias de acompanhamento e monitoramento dos processos educacionais são essenciais para o alcance de maior eficiência na alocação de recursos de modo a provocar a eficácia e qualidade dos serviços prestados, assim, favorecendo a melhoria da gestão pedagógica.

O acompanhamento e o monitoramento da aprendizagem se consolidam na prática da verificação da concretude entre o planejamento, a ação e a avaliação do ensino. Segundo Luck: Monitoramento é uma estratégia adotada para observar e acompanhar de forma sistêmica, regular e contínua as operações implementadas vistas ao seu aprimoramento e à resolução de problemas de implementação que ocorrem em seu decurso. (LUCK, 2013).

Segundo Shapiro: O foco do monitoramento é a obtenção de informações objetivas sobre o desempenho da escola nas suas mais variadas áreas, com a finalidade de produzir a melhoria de processos para garantir a melhoria das condições de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (SHAPIRO, 2008). O monitoramento é uma das principais ferramentas utilizadas para potencializar o desempenho da escola, voltando-se para alcance de seus objetivos e metas, intervindo na verificação dos aspectos ou problemas que estão interferindo nos resultados esperados.

O processo de acompanhamento e monitoramento de aprendizagem será realizado diariamente e servirá na produção de bases sustentáveis para auxiliar na gestão administrativa e pedagógica da escola, propiciando ações corretivas eficazes. Com esses propósitos serão efetivadas as seguintes estratégias de monitoramento:

- Aplicação e avaliação de atividades diagnósticas;
- Análises de resultados de intervenções pedagógicas;
- Aplicação e análises de resultados de simulados;
- Análises comparativas de resultados dos alunos em planilhas com notas;

- Análises comparativas de resultados dos alunos em planilhas com indicadores de aprendizagem/ níveis de proficiência;
- Análises de resultados de notas e proficiências de avaliações externas;
- Análises de monitoramento da frequência escolar;
- Aplicação e análise de questionários socioeducativos com os alunos e demais segmentos da comunidade escolar;
- Análises da evolução da produção (texto, relatório e outras) e leitura dos estudantes.

12.4.10. Diretrizes para o processo de acompanhamento e monitoramento da prática pedagógica;

O acompanhamento e monitoramento da prática pedagógica é capaz de proporcionar avanços educacionais significativos para a escola, em especial, ao trabalho dos professores e a aprendizagem dos estudantes. Os mesmos conseguem melhor organizar o planejamento e produzir estratégias de ensino mais capazes de atender as especificidades das turmas e dos alunos, otimizando o desempenho escolar e favorecendo o desenvolvimento da formação integral dos educandos. Espera-se também, fortalecer a qualidade das relações profissionais e interpessoais da comunidade escolar.

O acompanhamento e monitoramento da prática pedagógica será realizado, prioritariamente, pelo coordenador e articulador pedagógico, diariamente, de forma organizada e sistêmica, com a finalidade de orientar, auxiliar, analisar e avaliar a prática pedagógica do professor. Objetivando a eficácia do ensino e garantia da aprendizagem. Com esses propósitos serão efetivadas as seguintes estratégias de monitoramento:

- Análise do desenvolvimento do plano anual de ensino do professor;
- Monitoramento da efetivação dos planos de ensino, sequências de atividade, projetos pedagógicos;
- Análise dos direcionamentos pedagógicos advindos dos pré-conselho de classe realizados com os alunos;
- Análise dos registros das atividades de Horário de Trabalho Pedagógico Complementar-HTPC;
- Análise dos resultados das formações continuadas;
- Monitoramento de aulas dos professores em sala de aula e outros ambientes- segue o link: [roteiro de monitoramento da prática docente](#);

- Análise dos registros dos conselhos de classe;
- Análise de resultados de questionários aplicados com a comunidade escolar, principalmente, com alunos;
- Análise de evidências documentais diversas (relatórios, portfólios, fotos, vídeos e outras) sobre o trabalho do professor;
- Análise do desenvolvimento do PGDI e PDIC do professor.

12.4.11. Diretrizes para formação dos servidores da instituição.

A formação inicial e continuada dos profissionais da escola é de fundamental importância para todo o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. Trata-se de um processo de capacitação contínua e de profissionalização das equipes, atualizando e ampliando seus saberes e alinhando-as às novidades e oportunidades de melhorias para uma educação ainda mais eficiente e relevante. A mesma está garantida na LDB-Lei nº 9.394. § 1º. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). As formações serão ofertadas, preferencialmente, pela Semed ou escola e seus parceiros.

A formação será voltada para professores e demais profissionais da escola, acontecerá como esforço contínuo de profissionalização e alinhadas aos PDICs dos servidores e aos pilares, Resultados Educacionais, Relação Com os Clientes, Cultura de Inovação e Monitoramento do Clima Organizacional. A mesma pode acontecer por meio de cursos acadêmicos, grupos de estudos, palestras, oficinas ou outras atividades capazes de aprimorar e potencializar as competências dos colaboradores.

Aos professores, as atividades formativas são ofertadas pela Semed pelo menos uma vez por mês e em outros momentos pela escola. Os itinerários formativos privilegiaram trabalhar a inteligência emocional, o intra e interpessoal, o socioemocional e o novo na área de atuação em didática e metodologias de ensino. Assim, eles podem relacionar o novo conhecimento adquirido com as bases científicas da sua graduação, agregando saberes aos seus conhecimentos, possibilitando oferecer melhores estratégias de aprendizagens para seus alunos, além de melhorar seu perfil comportamental e emocional.

Aos demais profissionais da escola as formações serão ofertadas preferencialmente pela escola e/ou Semed, sendo anualmente o mínimo de 80 horas de

formação continuada em serviço. Os itinerários formativos estarão alinhados ao PGDI e PDIC dos servidores conforme suas necessidades dentro da função de atuação. Os principais objetivos são desenvolver as competências das contribuições efetivas dos servidores, conforme a função que ocupa, o socioemocional, o trabalho em equipe e a qualidade de vida.

13. Avaliação institucional.

A avaliação compreende estudos cujo objetivo é analisar os processos (como as coisas acontecem) e o produto (resultado), a partir de indicadores relacionados à “relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade” (BURIASCO, 2000). A Avaliação Institucional é um instrumento, que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias à retomada da missão, proposta pela instituição. Fernandes (2001) define avaliação institucional como:

“(...) um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar”.

A nossa avaliação Institucional será uma ferramenta de averiguação que tem como campo de avaliação tanto no interior da escola, quanto no caso da avaliação no interior do sistema de ensino (rede municipal de Teotônio Vilela). Tendo em vista que todas as ações desenvolvidas dentro da escola, quanto dentro do sistema de ensino influenciam diretamente no coletivo da escola, provocando reflexões e direcionando o trabalho e resultados.

Os objetivos da nossa avaliação institucional são melhorar os processos do ensino e aprendizagem, os aspectos relacionados ao atendimento e articulação entre a educação e o aperfeiçoamento intelectual do indivíduo, o desenvolvimento sociocultural e a produção de informações para uma leitura da realidade da comunidade escolar, favorecedora de tomadas de decisões que fortaleçam a qualidade da educação que a escola oferece.

A avaliação institucional será o momento em que a escola avalia seus processos, seus avanços e desafios. Por se tratar de um diagnóstico, se constituirá num instrumento fundamental para orientação, revisão e construção do planejamento e organização da escola. Na Gestão Escolar, a mesma contribuirá como ação estratégica de

acompanhamento e proposição destinada à qualificação do trabalho realizado, facilitando a tomada de decisões e redirecionando processos das práticas estabelecidas no cotidiano institucional.

Nessa perspectiva, utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa, em que toda a comunidade escolar participa da gestão, de forma que contribua na construção da autonomia moral, ética e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo, buscando a humanização e a mudança social. O Processo de Avaliação Institucional apresenta as seguintes diretrizes: consiste em uma atividade intrínseca ao processo de planejamento, sendo um processo contínuo, geral, específico, buscando integrar ações.

A Avaliação Institucional realiza-se em três etapas: o diagnóstico, o desenvolvimento ou ato de avaliar (o processo propriamente dito) e a análise dos resultados. A mesma terá duas modalidades: autoavaliação (interna), coordenada por uma comissão de membros do conselho escolar, e a avaliação externa, coordenada pela Semed. Os parâmetros (período, avaliadores, contribuições efetivas entre outros), os instrumentos (questionários, entrevistas, relatórios, memorando, dentre outros) e outros mecanismos avaliativos contribuidores da aplicação da avaliação institucional serão organizados e desenvolvidos por escola e SEMED.

Entre os diversos parâmetros de avaliação institucional está a avaliação do processo de efetivação do PPP: a utilização permanente nos planejamentos e fazeres pedagógicos e administrativos, a qualidade do desenvolvimento e resultados do plano de ação 2023, as análises das consolidações de metas e objetivos estabelecidos, os processos de reformulação anual, a qualidade das estratégias de socialização com a comunidade escolar. Esses parâmetros serão avaliados por uma comissão constituída por membros dos segmentos da comunidade escolar (professor, aluno, profissionais administrativos e pais ou responsáveis de alunos).

14. PLANO DE AÇÃO 2023 EMEFI DOM AVELAR BRANDÃO VILELA.

DIMENSÃO DE GESTÃO PEDAGÓGICA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Desenvolver as atividades pedagógicas, melhorando os processos, vivências e resultados das aprendizagens.	Necessidade de aperfeiçoar a prática pedagógica.	Aperfeiçoar os processos pedagógicos resultando na melhoria das aprendizagens de 100% dos alunos	Orientar, planejar e monitorar as práticas pedagógicas, utilizando como suporte a base nacional comum curricular, o referencial curricular do município, a matriz de referência do SAEB e o livro didático.	Planejar e realizar as ações da jornada pedagógica.	Pautas dos encontros; Registros fotográficos; Frequências.	Núcleo gestor.	Janeiro/fevereiro.
				Planejar com os professores as atividades de avaliação diagnóstica dos níveis de aprendizagem dos alunos.	Registros fotográficos, Frequências; Avaliação diagnóstica.	Coordenação pedagógica.	Fevereiro/março.
				Avaliar e monitorar os processos das realizações das atividades diagnósticas.	Registros fotográficos; Pautas de trabalho.	Coordenação pedagógica.	Fevereiro/março
				Analisar os resultados das avaliações diagnósticas e estabelecer metas para a melhora das proficiências dos alunos.	Planilhas; Gráfico; Registro fotográficos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Fevereiro/março
				Orientar e analisar os planos de ensino anual dos professores.	Planos de ensino anual.	Coordenação pedagógica.	Fevereiro/março.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Orientar o uso do livro didático como instrumento pedagógico.	Pautas das reuniões.	Coordenação pedagógica.	Março/dezembro
				Monitorar eficácias dos instrumentos avaliativos utilizados pelos professores.	Avaliações; fichas; planilhas;	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Realizar atividades pedagógicas por meio de projetos integradores, interdisciplinares e de vida.	Pautas de reuniões, projeto sistematizado; Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Abril/dezembro.
				Otimizar a efetivação das atividades pedagógicas nos diversos ambientes da escola e fora deles.	Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Realizar encontros de trabalho pedagógico coletivo dos professores por área de atuação, preferencialmente, semanalmente para discutir a prática pedagógica e resultados.	Pautas de reuniões, Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Implementação dos Projetos didáticos.	Planejar e desenvolver anualmente e no mínimo um projeto didático integrador e interdisciplinar por área do conhecimento	Efetivar projetos didáticos integradores e interdisciplinares por área do conhecimento, favorecendo o transdisciplinar, a transposição didática, as vivências produtivas, o protagonismo, o empreendedorismo e a aprendizagem significativa.	Orientar, monitorar e avaliar os processos pedagógicos e resultados das aprendizagens dos alunos.	Pautas de reuniões, Registro fotográfico; Vídeos; Fichas, Gráficos; Planilhas;	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Desenvolver projetos ou atividades didáticas sobre temáticas diversas (bullying, não uso de drogas, preservação ambiental, literatura, desenvolvimento socioemocional, dentre outras).	Projetos; Cronogramas; Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Abril/dezembro
				Efetuar atividades relacionadas à orientação do projeto de vida dos alunos.	Projetos; Cronogramas; Registro fotográfico; Vídeos; Frequências	Coordenação pedagógica.	Mai/dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Realizar gincanas, maratonas de aprendizagem, jogos estudantis e atividades alusivas a datas ou períodos comemorativos.	Projetos; Regulamento; Cronogramas; Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Maio/dezembro
				Enturmar alunos em progressão parcial e monitorar sua frequência e rendimentos.	Diários de classe; Fichas; Ata.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Realizar momentos de confraternizações e atividades de campo (visitas a reservas ambientais, museus, centro históricos e outros), coletivamente, essas, destinadas aos profissionais da escola e alunos.	Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro
				Desenvolver atividades relacionadas projetos, olimpíadas, concursos e mostras (APRENDER VALOR, JEPP, OBMEP, OBA, MOBFOG, OBFEP, OBC e outras).	Documentos; Registro fotográfico; Vídeos; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Março/dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Oferta de formação continuada para professores.	Promover a formação continuada para 100% dos professores	Realizar a formação continuada em serviço melhorando a qualidade da gestão pedagógica dos docentes.	Participar como convidada de amostras estudantis, sarau, jogos, gincanas e outras atividades promovidas por outras instituições.	Registro fotográfico; Frequências.	Coordenação pedagógica.	Maiio/dezembro
				Orientar os professores a participar dos cursos, palestras e outros mecanismos de formação ofertadas pela SEMED.	Cards informativos; Documentos;	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Incentivar professores a participar de formação por iniciativa própria ou ofertadas por parceiros da escola/SEMED.	Cards informativos; Documentos; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Realizar no HTPC da escola momentos de formação continuada sobre temáticas diversas e relevantes ao contexto de trabalho.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Monitorar e avaliar os trabalhos do professor da sala de recursos e mediadores, com foco na eficácia dos resultados produzidos por meio das relações do planejamento, execução do trabalho escolar e a formação continuada ofertada pela SEMED.	Pauta; Frequência; Fichas; Planilhas; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
	Atendimento de qualidade aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.	Melhorar os atendimentos, vivências e aprendizagens de 100% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.	Efetivar ações capazes de aperfeiçoar os processos de atendimentos aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, melhorando suas vivências e aprendizagens.	Reunir familiares e professores da escola para tratar das necessidades individuais dos alunos.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Atender os alunos na sala de recursos (multifuncionais) conforme suas especificidades.	Diários de classe; Fichas; registro de fotos; vídeos.	Professor Sala de recursos	Fev./dezembro
				Monitorar a execução dos Planos de Atendimento Educacional Especializado dos alunos-AEE.	Planos de AEE; Fichas; Registro de fotos.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Acompanhar todas as atividades pedagógicas e administrativas vinculadas à inclusão dos alunos.	Planos; Fichas; Registro de fotos.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Intervir na sala de aula regular para o acontecimento de uma boa interação dos alunos.	Planos; Fichas; Registro de fotos.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro
				Realizar, quando necessário, visita domiciliar aos alunos.	Registro de fotos; Ficha.	Professor Sala de recurso	Fev./dezembro
				Ofertar momentos de formação para professores sobre Educação Inclusiva.	Frequência; materiais trabalhados (oficina); Registro de fotos.	Coordenação pedagógica.	Mai/dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Realização de conselho de classe com participação coletiva e resultados eficazes.	Realizar no mínimo quatro conselhos de classe por ano.	Planejar, organizar e realizar conselhos de classe com objetivo de refletir e direcionar o processo de ensino e aprendizagem.	Utilizar as avaliações dos alunos, a respeito da dinâmica do trabalho pedagógico dos professores, como instrumento de reflexão e planejamento do processo de ensino aprendizagem.	Fichas; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Abril/dezembro
Realizar os conselhos de classe com a participação do núcleo gestor, professores, representantes dos alunos e conselheiros escolares.				Frequência; materiais trabalhados (Slides e outros); Fichas: registro fotográfico.	Núcleo gestor.	Abril/dezembro	
Sistematizar e registrar em ata as informações advindas dos conselhos de classes, utilizando-as nas intervenções pedagógicas e administrativas de modo a otimizar a qualidade dos serviços ofertados.				Ata.	Secretário escolar.	Abril/dezembro	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Diagnosticar os alunos com dificuldades significativas de escrita e leitura, dentre outras fragilidades de aprendizagem, para matriculá-los no LAP.	Avaliações; Planilhas; Fichas.	Articulador pedagógico	Fevereiro/março.
		Aprimorar a aprendizagem em de todos os estudantes vinculados ao LAP e LAIC.	Desenvolver e avaliar as atividades implementadas no LAP e LAIC.	Reunir os pais ou responsáveis por alunos atendidos no LAP para sensibilização da importância do atendimento, bem como da proposta/metodologia de trabalho oferecido.	Pauta; Frequência; Registros fotográfico.	Articulador pedagógico	Março/setembro.
				Monitorar e avaliar as atividades e resultados das turmas de LAP.	Fichas; Planilhas; Relatório; Diários de classe.	Articulador pedagógico	Março/novembro.
				Identificar e enturmar os alunos de LAIC.	Relatório; diário de Classe.	Articulador pedagógico	Março
				Efetivar e avaliar os processos e resultados das turmas de LAIC.	Fichas; Planilhas; Relatório; Diários de classe.	Articulador pedagógico	Março/novembro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Desenvolver ações capazes de melhorar a gestão educacional, as aprendizagens e os indicadores dos resultados da escola.	Redução da distorção idade/escolaridade.	Reduzir a distorção idade/escolaridade 7% da escola para 5%.	Executar ações que produzam a redução da distorção idade/escolaridade.	Identificar os estudantes em distorção idade/escolaridade e avaliar seus níveis de proficiências.	Relatório do censo escolar; lista de Matrícula.	Secretário escolar	Janeiro
				Realizar enturmamentos, classificação e reclassificação de alunos para corrigir a distorção idade/escolaridade.	Diários de classe; documentação de reclassificação ou classificação; registro fotográfico.	Coordenação pedagógica	Janeiro/julho.
	Necessidade de aperfeiçoamento das ações do Programa Saúde na Escola-PSE	Construir um Plano de Trabalho do Programa Saúde na Escola e desenvolver todas as suas ações.	Desenvolver em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da UBS, as ações do plano trabalho do Programa Saúde na Escola – PSE.	Avaliar os resultados do plano do PSE de 2023.	Plano de trabalho 2023; Relatório; Registros audiovisuais.	Núcleo gestor	Fevereiro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Construir junto com a comunidade escolar o plano de saúde na escola.	Plano; Frequência; Registro fotográfico.	Direção.	Março
				Realizar em parceria com a SEMED e a Secretaria Municipal de Saúde as ações previstas no plano de saúde na escola.	Relatório; Registros audiovisuais.	Profissional da biblioteca.	Março/dezembro.
				Garantir a logística para receber e atender os profissionais da saúde para efetivação das ações contidas no plano da saúde.	Registros fotográfico.	Profissional da biblioteca.	Março/dezembro.
	Utilização do Projeto Pedagógico e Regimento Escolar no trabalho e vivências escolares.	Revisar e socializar o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar em 2023.	Efetivar a revisão do Projeto Político Pedagógico-PPP e Regimento Escolar.	Criar um cronograma para revisão do PPP e regimento escolar.	Cronograma.	Direção	Janeiro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Mobilizar a comunidade escolar para revisão do PPP e regimento escolar.	Card; Cartazes; Vídeo.	Direção	Janeiro/outubro
				Reunir a comunidade escolar para revisar o Projeto Pedagógico e Regimento Escolar.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Janeiro/outubro
				Criar grupos/comissões de trabalho com representantes dos segmentos da comunidade escolar para revisão do PPP e regimento escolar.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico	Direção	Janeiro/outubro
				Realizar seminários com a comunidade para socializar o PPP e regimento escolar.	PPP; Regimento escolar; Pauta; Frequência; Registro fotográfico; Materiais das oficinas (vídeos, slides e outros)	Núcleo gestor	Janeiro/outubro
				Utilizar PPP e regimento escolar como documentos norteadores do fazer pedagógico e administrativo da escola.	Registro fotográfico.	Núcleo gestor	Janeiro/dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Efetividade do Grêmio como representatividade dos estudantes.	Desenvolver ações de modo que 100% dos alunos sintam-se efetivamente representado pelo Grêmio Estudantil.	Efetivar ações capazes de promover o grêmio estudantil como protagonista dos interesses dos alunos e contribuidores do seu desenvolvimento.	Organizar e realizar eleição do grêmio estudantil para o biênio 2023/2024.	Frequências; Cards; Registro fotográfico; Vídeos.	Professor responsável pelo grêmio.	Abril/maio.
				Realizar em parceria com a SEMED formação para os alunos do Grêmio.	Frequências; Registro fotográfico.	Professor responsável pelo grêmio	Julho/dezembro.
				Organizar um plano de ação do grêmio estudantil.	Plano; Registro fotográfico.	Professor responsável pelo grêmio	Junho.
				Assegurar e apoiar a atuação do grêmio estudantil nas atividades da escola e na execução do seu plano de ação.	Registros fotográficos; Documentos (estatuto, relatório e outros).	Professor responsável pelo grêmio	Junho/dezembro.
	Interação família e escola.	Fortalecer e melhorar relações entre escola e 100% das famílias dos alunos.	Aprimorar os processos colaborativos de modo a fortalecer e melhorar as relações entre escola e família.	Criar ambiente físico e virtual para atendimentos às famílias.	Registro fotográfico; Documentos (notas fiscais, plano de ação e outros)	Direção	Março/dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Realizar encontros com as famílias, incluindo apresentações culturais organizadas pelos alunos.	Frequências; Registro fotográfico.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro.
				Efetivar reuniões periódicas, em grupos ou individuais, com os familiares dos alunos para sociabilizar resultados dos estudantes e da escola.	Frequências; Registro fotográfico.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro.
				Envolver a comunidade escolar na realização e culminância das atividades culturais desenvolvidas pela escola.	Frequências; Registro fotográfico.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro.
				Incluir a participação dos familiares dos alunos na realização das gincanas e Projetos da escola.	Frequências; Registro fotográfico.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Realizar palestras para os familiares dos alunos sobre diversos temas, por exemplo: relacionamento familiar, indisciplina, inteligência emocional, desenvolvimento socio emocional, direitos e deveres dos pais ou responsável com a educação dos seus filhos.	Frequências; Registro fotográfico.	Psicóloga e Assistente Social	Abril/dezembro.
				Realizar um trabalho com as famílias de orientação e assistência pelos profissionais psicólogo e assistente social.	Frequências; Registro fotográfico.	Psicóloga e Assistente Social	Abril/dezembro.
				Desenvolver atividades relacionadas às campanhas educativas ou dias de conscientização. por exemplo: Maio Laranja (abuso sexual de crianças e adolescentes) junho Verde (meio ambiente), Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio), Outubro Rosa (câncer de mama), dia do Autismo, dia do Síndrome de Down, dentre outras.	Frequências; Registro fotográfico; Vídeos.	Psicóloga e Assistente Social	Abril/dezembro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Necessidade de manter os índices de evasão, abandono no regular e reduzir os mesmos na EJA.	Manter em 0% evasão/abandono nas turmas regulares e reduzir de 45,4% para 20% na EJA.	Manter o índice de evasão/abandono nas turmas regulares e reduzir na EJA.	Realizar e analisar diariamente as frequências dos alunos;	Planilhas.	Fiscais escolares e professor agente da Busca Ativa.	Fev. /dezembro.
				Identificar as causas das infrequências dos alunos.	Relatório;	Agente da Busca Ativa	Fev. /dezembro.
				Realizar visitas domiciliares alunos infrequentes (Busca Ativa/Aluno Cidadão).	Relatório; Registro fotográfico.	Agente da Busca Ativa	Fev. /dezembro.
				Reunir, individualmente ou em grupos, os responsáveis dos alunos e os estudantes faltosos para entendimentos das situações e realizar orientações.	Frequência; Livro de ocorrência e Registro fotográfico.	Núcleo gestor	Fev. /dezembro
				Notificar as famílias dos alunos faltosos, reincidentes sem justificativas legais.	Notificação.	Direção.	Fev. /dezembro
				Encaminhar aos parceiros/instituições: SEMED, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Ministério Público, dentre outras, situações que tem atrapalhado a frequência dos alunos.	Notificação; Relatório; Ofício.	Direção.	Fev. /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Realizar as atividades, otimizando o tempo e cumprindo o calendário letivo.	Calendário; cronogramas.	Direção.	Fev./dezembro.
		Otimizar o uso do tempo, espaços e recursos escolares, favorecendo a melhoria de 100% das atividades pedagógicas e administrativas.	Utilizar o tempo, espaços e recursos, melhorando o trabalho pedagógico e administrativo da escola.	Agendar, orientar e monitorar a reposição de aulas por disciplinas e/ou dias letivos.	Agenda; Frequência das aulas; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev./dezembro.
				Construir e executar um calendário/cronograma das atividades ou eventos letivos.	Calendário.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro
				Planejar as atividades pedagógicas e administrativas, visando a otimização do tempo, espaços, internos ou externos, e recursos materiais.	Planos de ação, Planos de Ensino; Planos de aula.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro
				Efetivar as estratégias pedagógicas com o uso de diversos recursos, inclusive os tecnológicos.	Registro fotográfico; Planos de ação, Planos de aula.	Núcleo gestor.	Fev./dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Efetivar os trabalhos das atividades complementares voltando-se aos aspectos artísticas e culturais (teatro, pintura, dança, música, poesia e outras), meio ambiente, esporte e lazer, jogos educativos, robótica e gameficação, e se interrelacionando com os componentes da BNCC.	Registro fotográfico; Vídeos; Games; Jogos; Planos; Relatório; Diário de classe.	Articulador pedagógico.	Fev./dezembro.
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades administrativas de modo a melhorar o funcionamento pedagógico da escola.	Necessidade de fortalecimento do Conselho Escolar.	Desenvolver ações contribuintes para o 100% da atuação do Conselho Escolar.	Fortalecer a atuação do Conselho Escolar.	Organizar e realizar a eleição do Conselho Escolar biênio 2023/2024.	Ata; Frequências; Registro fotográfico; Edital; Relatório.	Direção	Março.
				Incentivar e apoiar a atuação dos conselheiros.	Recursos audiovisuais; Card;	Direção	Janeiro/dezembro.
				Reunir mensalmente o Conselho Escolar.	Ata; registro fotográfico.	Direção	Janeiro/dezembro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Efetivar em parceria com a SEMED, formação para os conselheiros.	Frequências; Registro fotográfico.	Direção	Julho/dezembro
				Planejar e gerir os recursos financeiros e materiais da escola.	Planos.	Direção	Janeiro/dezembro
				Implantar mural com informações exclusivas do Conselho Escolar.	Registro fotográfico.	Direção	Junho/dezembro
				Prestar contas dos recursos da escola.	Documentos de Prestação de Contas.	Direção	Junho/dezembro
	Demandas de serviços e quadro profissional suficiente e qualificado.	Realizar a lotação dos profissionais da escola, atendendo com qualidade 100% das demandas de serviços.	Lotar os profissionais da escola de acordo com a demanda de serviços e com foco na eficiência.	Realizar o levantamento das demandas administrativas e pedagógicas da escola.	Planilha de ocorrência; Fluxos de Matrícula.	Direção	Janeiro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Qualidade dos serviços administrativos ofertados pela escola.	Ofertar 100% dos serviços administrativos com eficiência.	Orientar, desenvolver, monitorar e avaliar a qualidade dos serviços administrativos ofertados pela escola.	Organizar e lotar, junto à SEMED, o quadro de pessoal de acordo com as funções e demandas, promovendo a eficiência dos serviços.	Planilha quadro de funcionários.	Direção	Janeiro.
				Monitorar e desenvolver as etapas da alimentação escolar, do recebimento, da preparação (respeitando o cardápio) e do descarte, considerando as normas estabelecidas na legislação vigente relativa às exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional.	Planilhas; Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Acompanhar e desenvolver aspectos de higiene da cozinha e de seus equipamentos e utensílios.	Planilhas; Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Monitorar e desenvolver a qualidade dos serviços de limpeza e higiene dos ambientes da escola.	Planilhas; Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Acompanhar a pontualidade e assiduidade dos funcionários administrativos.	Relatório PontoID.	Direção	Janeiro /dezembro
				Acompanhar e desenvolver o uso dos recursos materiais pelos funcionários administrativos.	Planilhas; Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Monitorar as atividades desenvolvidas pela secretaria escolar (deferir matrícula, manter em ordem os documentos da vida escolar do aluno, expedir documentos em tempo hábil, conforme a legislação, censo escolar, PontoID, busca ativa, programa bolsa família e outras).	Planilhas; Relatórios; Registro fotográfico; PontoID.	Direção	Fev. /dezembro
				Monitorar e desenvolver as atividades relacionadas à segurança institucional (vigilância, fiscalização, monitoramento de sistema de câmeras filmadoras, fluxos de entrada e saída escola, dentre outros).	Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Cuidar da manutenção e funcionamento da biblioteca escolar, inclusive, na gestão da distribuição e uso do livro didático e na melhora do acervo bibliográfico.	Plano de ação; Relatórios; Registro fotográfico.	Coordenação pedagógica.	Fev. /dezembro
				Manter equipando o laboratório de informática e retornar seus equipamentos para espaço específico.	Relatórios; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Reorganizar a distribuição de internet da escola.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Implantar grades protetivas em torno do pátio coberto.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Implantar sinalização tátil no ambiente escolar.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Melhorar o fluxo de ventilação e iluminação natural.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Melhorar os aspectos de jardins e áreas verde.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Equipar a escola com sistema de segurança preventivo em caso de incêndios (extintores e outros equipamentos).	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Permanecer equipando e reorganizando a secretaria escolar.	Livro tombo; Inventário patrimonial; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Manter equipando a sala de recursos e organizando o funcionamento.	Livro tombo; Inventário patrimonial; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Adquirir recursos para cozinha.	Livro tombo; Inventário patrimonial; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Criar e equipar a sala da família, inclusive, com ambiente de trabalho para a psicóloga e assistente social.	Inventário patrimonial; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Realizar em parceria com a PMTV-AL reparos na elétrica, hidráulica, telhado, pintura, portas, janelas e outras estruturas, quando necessário.	Registro fotográfico	Direção	Janeiro /dezembro
				Pleitear a conclusão da reforma do ginásio de esporte vinculado à escola.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
				Reformar sala para implantar laboratório de ciências naturais, inclusive, equipando o mesmo.	Relatórios; Ofícios.	Direção	Fev. /dezembro
	Necessidade de preservar o patrimônio escolar.	Preservar 100% do patrimônio escolar.	Orientar a comunidade escolar sobre a preservação do patrimônio público;	Atualizar o inventário do patrimônio escolar;	Inventário patrimonial;	Direção	Abril/maio.
				Tombar os materiais de capital/patrimônio da escola	Livro tombo.	Direção	Fev. /dezembro
				Realizar orientação sobre a preservação do patrimônio escolar através de reuniões, palestras e cartazes e outros;	Cards; Cartazes; Vídeos; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Realizar campanha de preservação do patrimônio escolar.	Cards; Cartazes; Vídeos; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro

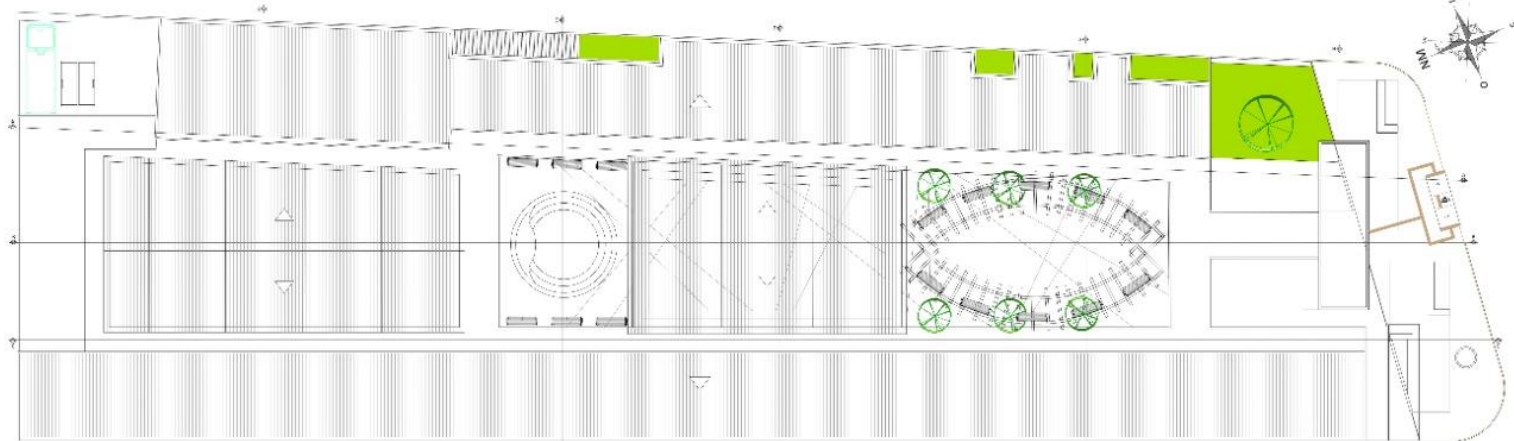
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
	Formação continuada e Reuniões periódicas com funcionários administrativos .	Realizar formação continuada e reuniões periódicas com 100% dos funcionários administrativos para aperfeiçoar seus perfis pessoais e profissionais, e ainda, reorientar/orientar as atividades laborais e funcionamento da escola.	Efetivar formação continuada e reuniões periódicas com os funcionários administrativos para aperfeiçoar seus perfis pessoais e profissionais, e ainda, reorientar/orientar as atividades laborais e funcionamento da escola.	Ofertar em parceria com a SEMED formação continuada em diversas temáticas.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Maio /dezembro
				Organizar e divulgar cronograma de reuniões.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março
				Reunir semanalmente a equipe gestora.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Fev. /dezembro
				Reunir semanalmente com a agente/professor busca ativa.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro
				Reunir quinzenalmente psicóloga e assistente social.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Abril /dezembro
				Reunir mensalmente os funcionários da secretaria escolar.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro
				Reunir mensalmente os funcionários da biblioteca e tecnologias.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE META	META	AÇÃO	SUBAÇÃO	ENTREGA (Evidências)	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
				Reunir mensalmente as merendeiras e auxiliares de serviços educacionais.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro
				Reunir mensalmente as merendeiras e auxiliares de serviços educacional;	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro
				Reunir mensalmente os fiscais escolares;	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro
				Reunir bimestralmente professores da sala de recursos e profissionais acompanhantes/mediadoras dos alunos com deficiência.	Pauta; Frequência; Registro fotográfico.	Direção	Março /dezembro

Teotônio Vilela-al, janeiro de 2023.

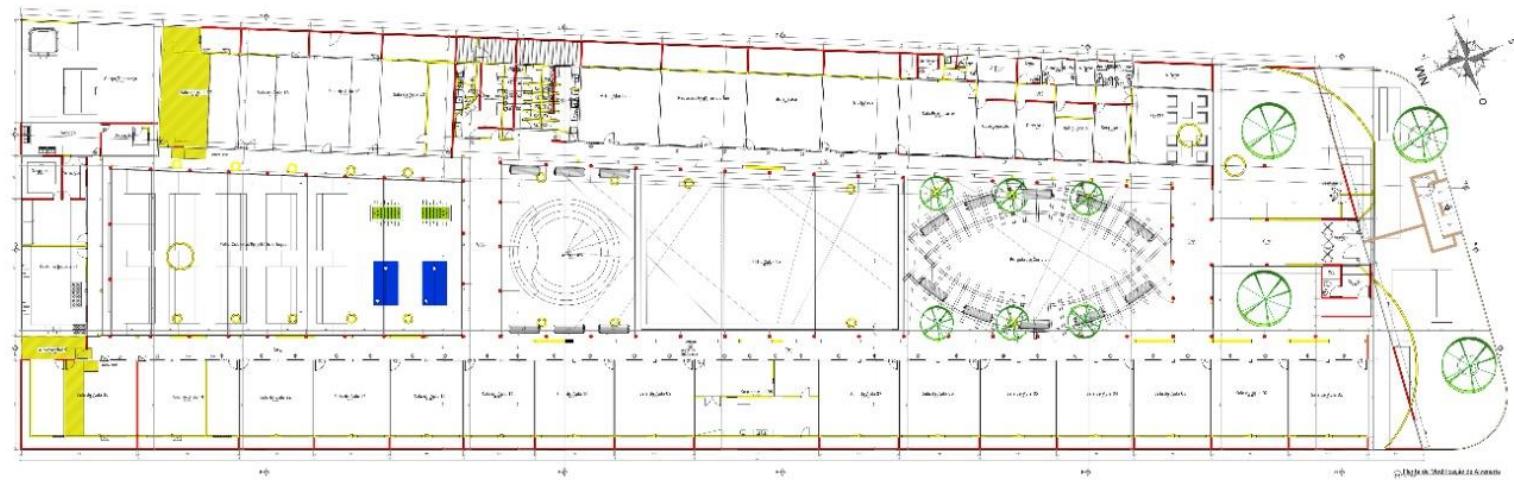
15. PLANTAS DA ESCOLA.





LEGENDA:

Área de habitação	[Green]
Área de comércio	[Yellow]
Área de serviços	[Red]
Outros	[Blue]



GOVERNO MUNICIPAL
TEOTÔNIO VILELA
2017-2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RUA DA PÁTRIA, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - TEOTÔNIO VILELA - GOIÁS
CEP: 74.200-000
TELEFONE: (62) 3212-1000

PROJETO: []
AUTOR: []
DATA: []

ARQ
02/02

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALAGOAS. Secretaria Municipal de Educação de Teotônio Vilela – SEMED. **Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Teotônio Vilela Alagoas**. 202p. Educação Municipal. Referencial Curricular. Ensino Fundamental. 2a Edição. Teotônio Vilela - AL, 2020.

ALAGOAS. Conselho Municipal de Educação de Teotônio Vilela – CME. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: as premissas e orientações**. resolução do CME-Teotônio Vilela de nº 07/2010.

ALAGOAS. Conselho Municipal de Educação de Teotônio Vilela – CME - Resolução nº 07- CME, 14 de dezembro de 2010

BURIASCO, R. L. C. (2000). **Algumas considerações sobre avaliação educacional**. *Avaliação Educacional*, (22), 155-178.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5a ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 01/2002- **Institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica**- MEC: Brasília -DF, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos**.

BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/2010, de 7 de julho de 2010. **Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 14 jul. 2010, Seção 1, p. 824.

Brasil. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos**.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, LEI no 13.005/2014.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB. 2017.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FERNANDES, Alicia. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara M. Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. – Porto Alegre: Mediação, 2005, 35. ed. Revista. 104 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. p.78-82.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 349.

LUCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCK, Heloisa, **a gestão participativa na escola -11ª ed**. Petrópolis RJ, editora vozes 2013

Perrenoud, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas**. Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SHAPIRO, Hanne; MILLER, Riel; HAMANN; Knud Erik Hilding. **School's over: learning spaces in Europe in 2020: an imagining exercise on the future of learning**. [S.l.]: European Commission Joint Research Centre: Institute for Prospective Technological Studies, 2008.

TEZANI, Thaís C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão.** Dissertação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010. 208 p.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998

INTEGRAL, Educação- **Centro de Referência em Educação Integral:** disponível em: <https://educacaointegral.org.br/-centro> , acesso em 20 de outubro de 2022.